



DL-01

Ses. Esp. 27/09/11

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta esta sessão especial da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

Convido para compor a Mesa, representando o governador Jaques Wagner, o secretário do Planejamento, Zezéu Ribeiro; o Sr. Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, senador Vital do Rego, do PMDB da Paraíba, que já se encontra na Mesa; também presente à Mesa o relator-geral do Plano da Lei Orçamentária Anual de 2012, deputado Arlindo Chinaglia, do PT de São Paulo; o Sr. Relator da Receita do Plano da Lei Orçamentária Anual de 2012, senador Acir Gurgacz; o Sr. Relator do PLPPA 2012/2015, nobre senador baiano Walter Pinheiro; a senadora Lídice da Mata, do PSB da Bahia; o Sr. Presidente da Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, deputado Luiz Augusto, do PP. Gostaria de dar boas-vindas a todos os senadores, deputados, a todos que estão presentes a esta comissão.

Vou passar a presidência dos trabalhos ao senador Vital do Rego, tendo em vista que assumimos compromissos anteriormente. Desejo sucesso e que esta manhã seja proveitosa com todo apoio do Poder Legislativo baiano.

O Sr. PRESIDENTE (Vital do Rego):- Bom-dia a todos os Srs. Parlamentares, Srs. Deputados baianos, lideranças deste maravilhoso Estado; Sr. Representante do governo, colega deputado Zezéu Ribeiro, quanta saudade de V.Ex^a que tão bem, em nome do povo baiano, exerce seu mandato agora na Secretaria do Planejamento. Faço saudação a todos os nossos companheiros da Mesa na pessoa dos meus colegas senadores baianos; a essa mulher maravilhosa, Lídice da Mata, e ao companheiro e meu querido amigo Walter Pinheiro, relator do Plano Plurianual de Investimentos. Quero agradecer e convidar esse outro baiano responsável pela área temática da saúde na nossa comissão, Ruy Costa.

Sr. Presidente Marcelo Nilo, na sua pessoa, quero agradecer a generosidade de todos os companheiros da Assembleia Legislativa da Bahia, de seus funcionários, que, de



forma cortês, elegante e amável, cedem o espaço deste território democrático do povo baiano para atender a um desejo da Comissão Mista de Orçamento, de participar em 11 cidades brasileiras, essencialmente as capitais nas cinco regiões, de uma conversa com a sociedade, de um contato mais estreito com o povo brasileiro, para falar de algo que é visto a distância, pouco factível, dito como peças de difícil compreensão, que é o Orçamento Geral da União, e neste ano o Plano Plurianual.

A comissão decidiu vir e ouvir a sociedade. Por isso, iniciamos ontem uma série de reuniões temáticas nas capitais brasileiras e vamos ainda à cidade de Uberlândia, em Minas Gerais. Começamos em João Pessoa e estamos em Salvador. Quero agradecer a todos a presença de lideranças comunitárias, de representantes populares.

Declaro aberto o Seminário Regional de Discussão das Propostas do Orçamento da União para 2012 e do Plano Plurianual para o período de 2012 a 2015 da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, realizado nesta data, 27 de setembro de 2011, no Plenário da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, em Salvador, a fim de esclarecer o processo legislativo que resulta da autorização de gastos pelo governo e, assim, motivar a sociedade a participar desse processo.

Nosso objetivo é sensibilizar a população para que participe, efetivamente, da discussão da alocação dos recursos públicos federais, tornando o processo orçamentário acessível e transparente.

Além disso, já está disponibilizado na internet, em tempo real, o serviço de recebimento de sugestões para o Orçamento Geral da União. Acessem!

Informo ainda que o endereço eletrônico para o envio das sugestões se encontra disponível na cartilha distribuída. Distribuímos uma cartilha, que está em poder dos senhores, com a síntese de todo o processo orçamentário em linguagem bastante acessível, com todas as etapas de formulação de propostas e de acatamento de sugestões. Estamos fazendo a nossa parte e contamos com vocês, com a população brasileira, para dar sua contribuição, exercendo esse importante direito.

Informo que os consultores da CMO, da Câmara e do Senado, estão à disposição dos interessados para ajudá-los. Peço que o consultor Ricardo Volpe e o consultor Orlando se



apresentem. São dois consultores que trouxemos para quaisquer orientações e dúvidas que possam surgir, ajudando a elaborar e enviar, através de formulário eletrônico, sugestões de emendas ao PLOA 2012 e ao Plano Plurianual para 2012 a 2015, que estarão disponibilizadas para os deputados federais e senadores da República que compõem as bancadas de cada estado no Congresso Nacional.

Para elaborar e enviar sugestões de emendas, solicito acessar o seguinte endereço eletrônico: <http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/orcamentobrasil/orcamentouniao/loa/loa2012>.

Renovo o agradecimento ao presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, deputado Marcelo Nilo.

Quero registrar também as presenças dos companheiros, colegas deputados estaduais: Bira Corôa, Cacá Leão, Carlos Geilson, Ivana Bastos, Joacy Dourado, Joseildo Ramos, Luiz Augusto, Pastor Sargento Isidório, Temóteo Brito e Paulo Rangel.

Recebam todos o agradecimento desta comissão pela presença dos senhores, que são os legítimos representantes do povo baiano com assento nesta Assembleia.

Renovo o agradecimento às autoridades e informo aos Srs. Deputados, Lideranças, que vamos abrir o debate para a manifestação dos senhores, com sugestões. A nossa assessora, a Sr^a Mirna, coletará a partir de agora as inscrições para o debate que haveremos de travar.

Passo a palavra, por uma questão de deferência...

Chegou o deputado federal João Leão. Seja muito bem-vindo!

Hoje, é secretário da Casa Civil da Prefeitura de Salvador. Mas é um dos craques do orçamento, um dos maiores especialistas em orçamento é João Leão, com toda certeza, relator de diversas propostas orçamentárias, planos plurianuais, leis de diretrizes orçamentárias. Uma importante contribuição que V.Ex^a deu foi, principalmente, a nossa resolução que norteia os trabalhos da Comissão Mista de Orçamento.

Sinta-se muito presente à nossa vida, ainda na CMO, embora esteja exercendo outras atividades. O deputado Wellington Roberto, seu querido companheiro, deputado paraibano como eu, manda-lhe recomendações e abraços.



Por uma questão de deferência, é terra dele, ele é nosso anfitrião, ele é nosso colega, companheiro extraordinário, um dos homens de vasto conhecimento que me ensina, todo dia, administração pública, com experiência extremamente exitosa, e será, sem dúvida alguma, o ponto de maior relevo na elaboração do plano plurianual, convido para fazer uso da palavra, dentro do período regimental, o senador baiano Walter Pinheiro, para que faça a sua exposição.



1891-I

Ses. Esp. 27/09/11

Or. Walter Pinheiro

Sessão especial da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

O Sr. PRESIDENTE (Vital do Rego):- Com a palavra, V.Ex^a, senador Walter Pinheiro.

O Sr. WALTER PINHEIRO:- Bom-dia a todos.

Quero fazer uma saudação e um agradecimento muito especial à Assembleia Legislativa da Bahia, na pessoa do deputado Luís Augusto, que, na condição de presidente da Comissão de Orçamento desta Casa, foi a pessoa que nos recepcionou e, desde a primeira hora, senador Vital, o deputado ficou à disposição para que pudéssemos viabilizar essa audiência pública.

Quero tocar nos assuntos. Os deputados já foram anunciados. É importante que tenhamos, com certo empenho do cerimonial, e o cerimonial precisa ser ajudado, pois não dá para descobrirmos todos que aí estão. Tem vários prefeitos, prefeitas... É importante que ajudemos o cerimonial, informando.

Temos a presença de diversas representações da sociedade civil, e o Estado da Bahia, particularmente o Governo do Estado e a Prefeitura de Salvador aqui representados por diversos secretários. A Casa Civil, com o já citado João Leão; a Secretaria da Agricultura, Eduardo Sales, aqui presente; Secretaria do Desenvolvimento e Indústria; Secretaria do Desenvolvimento Regional, com nosso amigo Wilson; na Mesa, representando o governador, a Secretaria do Planejamento.

Vejo aqui também a Casa Civil representada, o nosso amigo Carlos Melo; está aqui também a Secretaria da Saúde, o Secretário Jorge Sola está em Cuba, por isso não se faz presente, mas estão aqui diversos representantes. Está aqui a chefia do gabinete do governador, representada por Ranieri, que é, no gabinete do governador, uma das figuras que tem a responsabilidade de tratar dessa questão do orçamento, a compatibilização do orçamento da União e orçamento do Estado.



Aqui também o nosso dirigente do Conselho de Desenvolvimento Econômico da Bahia, Edson Valadares, e diversos prefeitos. A Bancada de Santo Amaro está ali completa, aliás, o Recôncavo em peso, também, com a prefeita Rilza; prefeito Tarcísio, aqui representando a nossa gloriosa Bacia do Jacuípe. Outras prefeituras aqui representadas.

Eu pediria que, na medida do possível, as pessoas fossem passando essas informações para que o cerimonial possa noticiar.

Quero agradecer a todos os deputados estaduais que aqui estão, e quero começar tocando nessa experiência. Deputado João Leão, nós que trabalhamos a vida inteira no orçamento, essa não é a primeira vez que a Comissão de Orçamento faz isso no Brasil, aqui na Bahia, em 2007, para o orçamento de 2008 e para o PPA 2008-2011, nós fizemos, é importante salientar, esse debate duplamente em Salvador. Fizemos na Câmara Municipal e fizemos aqui na Assembleia Legislativa. Portanto foi uma experiência importante.

Nesse quadrante, esse momento é fundamental o debate para que tenhamos oportunidade de abrir as condições a fim de que esse PPA possa ser construído de maneira a enxergar efetivamente as questões centrais da sociedade, mapeando de forma muito mais detalhada as diversas necessidades. E com uma modificação – é importante trazer isso aqui, meu caro Zezéu Ribeiro, secretário do Planejamento-, porque isso facilitará muito a participação não só do poder público mas também de entidades da sociedade civil na apresentação de emendas e na disputa por recursos no orçamento da União.

Há uma modificação central que quero chamar a atenção. (Apresentação de slides.) O aspecto do PPA - nós definimos efetivamente agora como podemos caminhar do ponto de vista das estratégias, chegar às diretrizes e apontar com muito mais nitidez o que diz respeito à questão das ações. Óbvio que o objetivo central do PPA é enxergar o cenário nacional, é um PPA que carrega muito mais agora na área social, buscando, portanto, a promoção da igualdade, a redução das desigualdades regionais e, particularmente, o aspecto do atendimento à ponta, ou seja, a capilarização dessas políticas públicas do Brasil.

Nós sempre temos uma lógica muito perversa dos PPAs, dos orçamentos, e sempre discutimos isso numa lógica do Estado ou de União, quando na prática essas coisas não se processam nem no Estado nem na União. Ninguém mora na União, secretário Eduardo Sá,



nem ninguém mora no Estado, o sujeito mora no Município. Portanto é no Município que as políticas públicas vão se processar.

E a ousadia desse período agora é uma ousadia que leva o PPA, nos próximos quatro anos, para uma faixa de cinco trilhões e quatrocentos bilhões de reais. É uma disponibilização de recursos para serem distribuídos ao longo dos quatro anos, mesmo diante de uma situação de crise internacional, mas trabalhando com esses parâmetros, que são os que compõem a base de sustentação para chegarmos ao PPA.

Temos aí a distribuição, os quatro eixos básicos do PPA. Vamos entender exatamente de que forma os recursos serão distribuídos. Vamos enxergar ali que os programas sociais têm a primazia nesse PPA, portanto vamos ver que, do ponto de vista de recursos, a maior parcela será destinada exatamente à ação social. Depois, tem a área de infraestrutura, e vimos desdobrando.

É importante a associação com esses dois aspectos, até porque estamos num ano muito marcado por buscas de recursos para a infraestrutura, porque vai-se sinalizando a Copa como a centralidade. Ontem, por exemplo, estávamos em João Pessoa, que é uma cidade que não sediará jogos da Copa do Mundo, mas todo mundo entrou na discussão da Copa por conta exatamente da possibilidade de atração de recursos para superar um dos graves problemas que é a falta de infraestrutura, seja do ponto de vista urbano – Salvador convive com esse debate da mobilidade. E eu fiquei espantado, porque vi João Pessoa, que é tida como uma das cidades mais pacatas e agradáveis deste País, e já se debruça no grave problema da mobilidade urbana e no péssimo processo de acumulação por falta de planejamento do trânsito e deslocamento urbano. Portanto, o PPA trabalha nessa lógica.

E tem uma mudança que quero chamar atenção, principalmente das instituições públicas que aqui estão. Sempre fizemos, e o deputado João Leão que trabalhou conosco nessa área há muitos anos, um processo de corrida para o PPA para tentarmos emplacar nele algum dos caminhos que nos interessasse em ir adiante para aportar recursos no Orçamento. Estamos fazendo uma modificação fundamental nesse PPA. Esses foram os dados do cenário macroeconômico que norteiam a construção para os próximos quatro anos, nossa expectativa



de crescimento. Eu quero começar tratando dessa questão. Vou fechar aqui, porque acho que é mais importante entendermos como vamos nos mover nessa questão.

O que o PPA vai absorver, efetivamente, são linhas gerais. Vamos tratar de projetos estruturantes, permitindo que num processo adiante cada bancada, cada comissão ou cada parlamentar tenham a oportunidade de apresentar recurso no orçamento para aquele ano. E qual a modificação que estou me referindo aqui, deputado João Leão, que é importante para entendermos, e isso vale para os prefeitos e para todo mundo? Todas as vezes que a gente queria colocar recursos para Ferrovia Oeste-Leste corríamos para colocar no PPA, como fizemos no passado, para fixar no PPA o Programa Ferrovia Oeste-Leste.

Se não tivesse essa designação, essa ação específica no PPA, eu não poderia aportar recursos no orçamento a cada ano para atender a obra da ferrovia. Agora o que estamos tratando é um pouco diferente. O tema ferrovia, portanto vale para a Oeste-Leste, para a Transnordestina e para o Eixo do Norte, estará abrigado no PPA e não necessariamente teremos que ter a denominação exclusiva para a Oeste-Leste no PPA. Dessa forma, posso utilizar esses recursos destinados enquanto macroeventos, seja reestruturação de ferrovias do País, para aportar a cada ano no orçamento os recursos para aquela ferrovia.

Isso não impede, por exemplo, no caso específico até da Oeste-Leste, da Transnordestina e outras, são projetos que já estavam tanto no PPA quanto fazem parte do Programa de Aceleração ao Crescimento. Esses programas, além desse reforço da citação, ganham também agora o que poderíamos chamar numa linguagem mais própria do orçamento, que é uma janela para apresentação de emendas. Então, a gente transforma isso, facilita a operação a cada ano. É óbvio que fica amarrado em cada orçamento a necessidade da continuidade da obra a apresentação das emendas, guardando relação com esse PPA.

Então, é importante que no dia de hoje tenhamos a oportunidade de ouvir e levantar quais os eixos centrais que interessam à Bahia e aos diversos setores que operam aqui, volto a insistir, sejam eles o poder público, através de municípios e Estado, universidades, entidades da sociedade civil e setores que atuam na área social.

Pois bem, é importante que ouçamos de cada segmento de que forma vamos encaixar esses desejos do Estado no eixo estruturante. Por exemplo, no eixo de infraestrutura,



ou seja, ferrovias, estradas, portos, aeroportos; as diretrizes para o desenvolvimento econômico local com a atração de investimentos; a matriz energética, que é fundamental. Este PPA, por exemplo, não pode sair sem uma intervenção muito vigorosa da Bahia, senador Vital do Rêgo, no que diz respeito à matriz energética.

A Bahia entrou agora em um cenário de 52 parques eólicos, meu companheiro Zé Neto, Líder do governo nesta Casa. Então é fundamental que nesse programa – que em março deve ser rebobinado com novos leilões – nós tenhamos a oportunidade de apresentar e ir ao encontro desse macroevento, colocando, efetivamente, o desdobramento dessa questão das energias alternativas. Esse é fator decisivo para o processo de desenvolvimento local.

Não tenho como deslocar indústrias nem como atuar economicamente em diversas regiões sem a oferta de energia. Nessa linha do desenvolvimento, é fundamental que o Estado e as diversas regiões aqui representadas atentem para o processo de ampliação da capacidade de infraestrutura no entorno desses grandes corredores estruturantes que o nosso Estado experimenta: a Ferrovia Oeste-Leste; a instalação das estruturas de centros de logística e centros de distribuição; os corredores rodoviários: BAs-030 e 242, o eixo da BA-020. Portanto, fatores de desenvolvimento.

A política de desenvolvimento local deve levar em consideração, principalmente, a agricultura familiar e o agronegócio da Bahia, atividades que de certa maneira dialogam com a maioria da atividade econômica espalhada pelo interior do Estado. São 600 mil agricultores familiares. E estes se somam a uma potente agropecuária de negócios numa escala mais avançada, que se consolida, inclusive, na região Oeste.

E é fundamental, também, que associemos a esses programas de desenvolvimento local algumas especificidades, como: os traços culturais; a oportunidade de investir nessa economia da cultura; a chegada da inovação para dialogar, efetivamente, com cada especificidade local. Não teremos necessariamente atividade de mineração em toda a Bahia, Luiz Augusto. Essa é uma peculiaridade de determinadas regiões.

E o Semiárido baiano, que gostaria de fixar como Sertão Produtivo, representa 70% do nosso território, deputado Arlindo Chinaglia. Há nele uma diversidade enorme em



termos da sua produção e da sua riqueza. Então como iremos guardar uma devida relação com isso nos investimentos que possibilitem o desenvolvimento econômico?

Por último, para termos claro essas questões de caráter social, devemos abordar a interiorização do ensino que a Bahia ver agora ganhar uma velocidade razoável. Mas é necessário ainda um aporte de recursos e uma definição territorial quanto a sua cobertura. Também é fundamental a ampliação da oferta no Oeste; a chegada à região do Sisal; a fixação do Ensino Superior federal no Norte e Nordeste do Estado.

Enfim, devemos consolidar essa matriz associada a todo um plano de desenvolvimento e capacitação profissional – é o caso da expansão dos nossos IFET's e da estrutura de formação profissional no Estado da Bahia – como suporte essencial para o desenvolvimento local.

Portanto precisamos entrar na seara da pesquisa, devemos cada vez mais acentuar isso como suporte para a formação de mão de obra visando ao desenvolvimento local, lembrando que esse dado da Bahia, no que diz respeito a consolidar o número de geração de postos de trabalho, nós conseguimos uma coisa importantíssima: a inversão de uma lógica estabelecida aqui no passado. Dos 400 mil postos de trabalho gerados de 2007 para cá, a gente encontra, hoje, uma proporção que é fundamental que olhemos com esse carinho, Edson Valadares, que é o dirigente do nosso Conselho de Desenvolvimento Econômico, 60% desses postos de trabalho, corretamente 58%, foram alcançados no interior do Estado e não mais, como antes, na capital e na Região Metropolitana. Portanto, é a desconcentração econômica e o investimento chegando, também, no interior do Estado da Bahia. Então isso é fundamental.

Na outra área social tem a questão da saúde que é importantíssima, já que esse debate se estabelece, agora, no Congresso Nacional, a busca de alternativas de financiamento para saúde, o envolvimento das esferas municipais, mas principalmente a política de atendimento com uma estrutura de alta e média complexidade, de forma regionalizada, mas principalmente a capilaridade no atendimento, Paulo Rangel, chegando com o programa Saúde na Família em todos os cantos.



Então eu queria tocar nessas questões e deixar aqui para que possamos ouvir as diversas representações para que a gente trabalhe, principalmente, esses aspectos, do ponto de vista do que é que nós vamos apontar para o Estado dentro dessa estrutura do PPA. Está ali também o nosso secretário de Cultura, Albino Rubim, nesse período, e, ao mesmo tempo, teremos a oportunidade de discutir as diversas faces sociais, os segmentos e como é que nós vamos ajudar, para que essas políticas públicas possam ser implementadas de maneira que elas cheguem na ponta para atender a cada cidadão.

É isso, e vamos abrir para que as pessoas possam se expressar, levantar e apontar quais são os seus desejos, suas ponderações e, obviamente, para que a gente possa, em contemplando a todos, fazer uma engenharia para ver de que forma vamos absolver essas iniciativas, entendendo a especificidade do plano plurianual, e, também, os limites do orçamento.

Para a etapa que o meu companheiro Arlindo Chinaglia vai comandar, é importante lembrar que na peça orçamentária oriunda do Executivo para o Legislativo, à Bahia nós temos aproximadamente 9 bilhões entre transferências e investimentos. Eu poderia aqui dizer, tranquilamente, está ali o nosso relator setorial, Ruy Costa, assim como também toda nossa Bancada federal, que a tendência natural é de que nós nos mobilizemos na expectativa, inclusive, de ampliar esse volume de repasses no orçamento de 2012, mas não perder de vista a oportunidade de fixarmos para 2013, 2014 e 2015 a entrada da Bahia com a suas diversas necessidades e projetos encaixados dentro desse PPA.

Obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

**1892-I****Ses. Esp. 27/09/11****Or. Acir Gurgacz****Sessão especial da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.**

O Sr. PRESIDENTE (Vital do Rego):- Agradeço ao senador Walter Pinheiro pela sua experiência, pelo vasto conhecimento que ele tem dos assuntos da Bahia e dos seus problemas, um Estado rico, maravilhoso, mas com muitos problemas, pela suas dimensões territoriais. Walter excedeu o tempo, mas ele tinha todo o direito de fazer essa inserção, por tudo que ele conhece da Bahia, por todo aprendizado que ele tem como secretário de Estado. Enfim, eu não tive nem a ousadia de admoestá-lo com o tempo, porque ele é um apaixonado pela Bahia e conhece seus problemas. Certamente, no PPA, os governantes dos próximos quatro anos terão um PPA com a cara da Bahia, com certeza.

Registro, a honrosa presença dos deputados, os já citados, e agora de Adolfo Menezes, que chegou há pouco, Carlos Ubaldino, Delegado Deraldo Damasceno, Gildásio Penedo, João Bonfim, Kelly Magalhães, Luizinho Sobral, Maria Luiza Laudano e Sidelvan Nóbrega. Eles se juntam a outros companheiros, queridos parlamentares que estão aqui nos dando esta oportunidade.

Quero chamar para fazer parte da Mesa o Líder do governo na Assembleia Legislativa, deputado Zé Neto. E ao mesmo tempo chamarei para fazer alguns registros - o senador Walter Pinheiro já os fez - os secretários Antônio Rubim, de Cultura, Eduardo Salles, da Agricultura, e Wilson Brito, de Desenvolvimento e Integração Regional, além de Jonas Paulo, presidente do PT estadual, Lourisvaldo Valentim, reitor da Uneb, Rilza Valentim, prefeita de São Francisco do Conde, e Luiz Tarciso, prefeito de Macajuba.

Continuando, vamos passar a palavra ao homem que vai dar solução a tudo, o relator da receita. Ele vai construir receita para que nós possamos colocar todos os investimentos. Com a palavra o senador Acir Gurgacz, de Rondônia, que está com esta missão de ser o nosso relator de receitas orçamentárias.



O Sr. ACIR GURGACZ:- Bom-dia a todos os senhores e senhoras presentes! É um prazer estar aqui em Salvador para discutir um assunto tão importante como este, o Orçamento 2012, o PPA 2012/2015. Saúdo o nosso presidente Vital, o nosso colega Pinheiro, Arlindo Chinaglia, os demais componentes da Mesa, as Sras. e os Srs. Secretários Municipais, Estaduais, Prefeitos, Prefeitas. Enfim, a todos.

Nós estamos trabalhando num momento delicado com relação à receita em nosso País. Em meio a uma crise que acontece muito forte na Europa e nos Estados Unidos, temos de trabalhar neste cenário para projetar a nossa receita para 2012, a fim de que o nosso relator geral possa também fazer o seu planejamento quanto às despesas e aos investimentos do nosso Brasil no ano que vem.

Temos neste momento toda uma equipe trabalhando nesse sentido para acompanhar toda esta evolução, este sobe e desce, bolsa de valores, câmbio, alta de juros e a baixa também. Então, com esta incerteza toda, estamos trabalhando para que possamos fazer com que o Orçamento, deputado Arlindo, possa ser muito próximo e a nossa receita também muito próxima do que venhamos a realizar no ano 2012. Portanto, quero deixar aqui esta mensagem de que nós estamos trabalhando fortemente para atingir o nosso objetivo.

Cumprimento igualmente a nossa colega Lídice, nossa parceira no Senado que tem trabalhando muito junto conosco naquela Casa. Estamos aqui hoje para ouvir a sociedade da Bahia, as sugestões e as necessidades para que possamos encontrar a receita necessária para atender à necessidade brasileira.

Quero agradecer a oportunidade, mais uma vez, e o carinho pela maneira como os baianos nos recebem nesta capital, Salvador. Muito obrigado pela vossa atenção. Vamos continuar o nosso trabalho, pois estamos aqui para ouvi-los e transferir ao nosso relatório todas as sugestões e opiniões que vocês nos darão.

(Não foi revisto pelo orador.)



1893-I

Ses. Esp. 27/09/11

Or. Rui Costa

Sessão especial da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

O Sr. PRESIDENTE (Vital do Rego):- Agradeço ao senador Acir Gurcaez. Ele é sabido. Ouviu mais, pois tem medo do tamanho da demanda.

Quero registrar a presença do Sr. Deputado Zé Raimundo, que chegou para nossa honra.

Com a palavra um deputado baiano de primeiro mandato, cujo partido – Partido dos Trabalhadores – lhe entregou uma das mais espinhosas, mas, também, uma das mais honradas missões: relatar a saúde. Ele é o relator setorial da saúde no meio de tantas discussões nacionais a respeito de financiamento da saúde.

Portanto, com a palavra o Sr. Deputado Federal Rui Costa, representando a Bahia.
(Palmas)

O Sr. RUI COSTA:- Bom-dia, Sr. Presidente.

Quero saudar, em nome de Vital do Rego, o nosso senador e presidente da comissão, a todos da Mesa, o relator-geral do Orçamento, Arlindo Chinaglia. As bondades que eu conseguir ou não fazer dependerão da gentileza e da generosidade com que ele designar, porque, para vocês saberem como funciona, o relator-geral é quem define a margem de trabalho dos relatores setoriais. Então, estou tratando-o muito bem esses dias, para ver se ele é generoso com a saúde, para ver se podemos atender melhor aos Estados nordestinos e, em particular, a Bahia. Quero saudar o relator do PPA, senador Walter Pinheiro, muito dedicado ao Orçamento e, na sua pessoa, saudar toda a Mesa, a nossa única mulher sentada na Mesa, senadora Lídice da Mata, e o secretário Zezéu Ribeiro. (Palmas)

Serei breve. Apesar de ser baiano, é a primeira vez que falo nesta tribuna. Apesar de andar muito nesta Casa, é a primeira vez que falo nesta tribuna, pois fui direto para Brasília. Falo muito na tribuna da Câmara.



Subo a esta tribuna apenas para falar sobre a honra de estar exercendo a função de ser relator da área setorial de saúde. Coloco-me à disposição de todos vocês – prefeitos, deputados, lideranças políticas, secretários e secretárias – para que possamos fazer o máximo possível por essa área que é tão importante para o País.

E hoje é o grande debate que fazemos. Sou daqueles que entendem que, se queremos melhorar a saúde da população mais pobre deste País, devemos discutir seriamente uma nova fonte de receita para a saúde, porque os recursos atuais são absolutamente insuficientes para responder ao volume crescente da demanda.

A situação se tornará muito mais grave à medida que a atual pirâmide etária da população evolua, o que acontecerá em pouco tempo, o envelhecimento da população. E isso acrescentará números mais expressivos à demanda por serviços de saúde. Portanto, precisamos responder a isso com financiamento mais significativo para a saúde.

Outros países do mundo, a exemplo dos Estados Unidos, estão vivendo esse drama com o envelhecimento da sua população. E hoje se discute no mundo inteiro, a exemplo dos Estados Unidos, a necessidade de reforçar os recursos que financiam a saúde pública. O nosso País precisa se debruçar sobre esse assunto.

Enquanto isso, tentarei, como relator, com os poucos recursos e a certeza da generosidade do nosso relator-geral, fazer um pouco do atendimento das demandas que surgirem nessas audiências públicas.

Portanto, falo aqui agradecendo à bancada federal do PT que me indicou para esta tarefa e agradecendo a todos os amigos e as amigas da Comissão de Orçamento por estarem me auxiliando, me ajudando neste momento, já que é o meu primeiro mandato. Aprendo o caminho das pedras no Congresso Nacional com a ajuda de tantos, a exemplo daquele cabeça branca que ali está, que é Arlindo Chinaglia, experiente para valer, o que tornará o meu trabalho mais fácil.

Bom-dia a todos.

O Sr. PRESIDENTE (Vital do Rego):- Agradeço a Rui Costa.

(Não foi revisto pelo orador.)



1894-I

Ses. Esp. 27/09/11

Or. Lídice da Mata

Sessão especial da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

O Sr. PRESIDENTE (Vital do Rego):- Convido para usar a tribuna essa mulher brava, querida, ex-prefeita e hoje senadora, mas que ilumina a todos nós no Senado, a senadora Lídice da Mata. Com a palavra V.Ex^a. (Palmas)

A Sr^a LÍDICE DA MATA:- Senador Vital do Rego, muito obrigada pela generosidade. Diferente de Rui, esta tribuna é a minha Casa. Fui deputada estadual por dois mandatos na Bahia, aqui nesta Assembleia Legislativa.

Quero saudar especialmente a todos os membros da Comissão do Senado e da Câmara que chegam aqui à Bahia hoje. Infelizmente, senador Vital do Rego, esta sessão foi marcada para uma terça-feira, porque não dará tempo de os senadores e os deputados não baianos que aqui estão, gozarem da hospitalidade do nosso povo que, certamente, incidiria sobre a generosidade grande do relator do Orçamento, o nosso Arlindo Chinaglia.

Apesar de não ter tempo para conhecer a hospitalidade baiana, sei que o coração do deputado Arlindo Chinaglia bate pela Bahia. E nós teremos a sua compreensão e generosidade para nos ajudar a crescer e ter um Orçamento que impulse o desenvolvimento do nosso Estado.

Nós queríamos dois relatores gerais baianos, mas não deu para ter, nós temos um, que é o relator Walter Pinheiro, um dos mais destacados senadores voltados para a discussão e o trabalho com orçamento naquela Comissão Mista. E temos a sorte de ter Pinheiro que conhece bastante o nosso Estado e que vai trabalhar ouvindo os segmentos da população, a nossa Assembleia Legislativa que aqui está hoje comparecendo para dar a sua contribuição ao pensamento desses próximos quatro anos de investimentos para a Bahia no PPA e na discussão imediata do Orçamento deste ano.

Se de um lado Pinheiro destacou a necessidade de incorporação da Bahia nessa nova matriz energética, a energia eólica; nós, por outro lado, sabemos do trabalho que



Pinheiro desenvolve, junto comigo, com João Durval, para dotar a Bahia de uma rede forte de inclusão da nossa juventude na educação.

Creio que o relatório, tanto do Orçamento quanto do PPA, deve apontar muito no fortalecimento do investimento da educação em todos os níveis, especialmente da educação de nível superior no Estado da Bahia, já que temos a segunda pior relação entre a oferta de vagas públicas na rede de ensino superior e a população em idade que demanda ensino superior do País. Antes de nós, só São Paulo, registrando, portanto, a necessidade de sairmos dessa situação. E o meu compromisso, o compromisso de Pinheiro, o compromisso do senador João Durval, é de corrigirmos rapidamente essa dificuldade que tivemos com o surgimento da Universidade do Oeste de não termos garantido a participação de um *campi* lá em Santa Maria da Vitória para assegurar a presença da Bacia do Rio Corrente na rede universitária.(Palmas)

Tanto a educação quanto a saúde, quanto os investimentos sociais indispensáveis ao crescimento do nosso Estado, que é, sem dúvida nenhuma, o líder da economia nordestina, e que continuará sendo a maior população do nosso território nordestino, mas é onde também, por tudo isso, temos a população no Semiárido maior entre as regiões de pobreza do nosso País. É aqui no Nordeste onde registramos o maior índice de pobreza, aqui na Bahia temos uma população que ultrapassa os dois milhões de pessoas abaixo da linha da pobreza.

Portanto, estaremos lutando para que os recursos do programa de superação da pobreza do governo federal possam se incorporar a diversas outras ações do governo da Bahia, que foi quem lançou o Programa Água para Todos, que, agora, tornou-se um programa nacional, juntamente com o Luz para Todos, que está significando a inclusão de milhares e milhares de baianos nos mais distantes rincões da nossa terra.

Quero saudar, mais uma vez, todos os senadores e deputados que vão, de maneira rápida, gozar da convivência com o povo baiano nesta sessão.

Gostaria de dizer da nossa atuação. Sou membro suplente da Comissão de Orçamento. Temos estado presente sempre que possível, faltando só quando coincidem as sessões com as sessões de votações nas comissões do Senado, no caso específico, da



Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, da qual também faço parte. Mas estou lutando para mudar esse horário.

Quero também dar a minha contribuição nesse debate de reforço da Região Nordeste dentro do Plano Plurianual e dentro do Orçamento Geral da União.

Muito obrigada. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Vital do Rego):- Agradeço à senadora Lídice, que nos tem ajudado muito, inclusive para a efetividade das nossas sessões na CMO. Ela sempre tem que se desdobrar para dar assistência, com sua presença e experiência, à Comissão Mista de Orçamento.

(Não foi revisto pela oradora.)



1895-I

Ses. Esp. 27/09/11

Or. Arlindo Chinaglia

Sessão especial da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

O Sr. PRESIDENTE (Vital do Rego):- Registro as presenças das deputadas Luiza Maia e Maria del Carmen. Sejam bem-vindas.

Os relatores já se posicionaram, pois sobre seus ombros pesam todas as soluções.

Convido para fazer uso da tribuna o deputado federal, ex-presidente da Câmara dos Deputados, relator-geral do Orçamento, Arlindo Chinaglia. (Palmas)

Registro a presença do colega deputado federal Waldenor Pereira.

O Sr. ARLINDO CHINAGLIA:- Bom-dia aos senhores e senhoras aqui presentes. Primeiro, diria que o carinho do povo baiano, já aqui mencionado pelo senador Acir Gurgacz, é conhecido de várias formas, e hoje não seria diferente. Faço essa observação porque a senadora Lídice da Mata disse que, em função do dia e do horário das nossas tarefas em Brasília, não teremos a oportunidade de aproveitarmos mais e melhor. Quem sabe, isso poderia amolecer ainda mais o coração do relator. (Risos)

Quero dizer que isso não é necessário. Quando Rui Costa falou que me tem tratado bem, eu havia percebido que ele estava mais sorridente para o meu lado mesmo.

De qualquer maneira, vocês já perceberam, os baianos que não são senadores, deputados federais ou deputados estaduais aqui presentes e que nos estão assistindo, que isso é uma brevíssima demonstração da capacidade da bancada baiana em trabalhar pela Bahia lá, no Congresso Nacional. (Palmas)

E como já foi mencionado, temos, hoje, como relator-geral do Plano Plurianual o senador Walter Pinheiro, que vocês conhecem, digamos assim, tanto quanto nós. Portanto, fica o nosso testemunho, também, da dedicação, da capacidade com que ele trata todos os assuntos em que se mete, e nunca foi diferente o seu trabalho na Comissão Mista de Orçamento. Isso é importante.



Quero, aqui, cumprimentar os deputados federais Waldenor; aqui presente, e Zezéu, que, hoje, é Secretário de Planejamento do Estado; os deputados e deputadas estaduais; os prefeitos; o nosso secretário João Leão, que, também é forçoso reiterar o testemunho, é deputado federal e sempre foi um craque no Orçamento, como já foi observado.

Enfim, qual a importância de nossa atividade na forma de audiência pública?

Primeiro, é uma tentativa do Congresso Nacional, através de seus representantes na Comissão Mista de Orçamento, de se aproximar mais, através da audiência, daquilo que são os pleitos, as reivindicações, os propósitos, os planos naquelas unidades da Federação onde conseguimos fazê-las. Este ano faremos em dez. A Bahia, como já disse o nosso prezado presidente da comissão, senador Vital do Rêgo, é o segundo Estado em que acontece uma audiência. Ontem, fizemos na Paraíba, terra do senador Vital.

Então, com esta troca de ideias, ao final produziremos, com o poder conferido pelo voto, as alterações na proposta orçamentária apresentada, como todos sabem, pelo Poder Executivo. A proposta de Lei Orçamentária é enviada no dia 31 de agosto para o Congresso, que deverá aprová-la até 22 de dezembro.

Se não a aprovarmos – às vezes não conseguimos –, o Senado e a Câmara não podem entrar em recesso. Isso dá a dimensão de um fato que nem sempre percebemos, ou seja, que a Lei Orçamentária, salvo alguma exceção, é a principal lei votada a cada ano no Congresso Nacional. E o é por um simples motivo: todas as prioridades, tudo aquilo que o governo federal pretende realizar tem de ter a aprovação do Congresso.

O Congresso aprova mas não obriga o Poder Executivo a executar. É por isso que começamos com a proposta oriunda do governo, que é discutida no Parlamento e em audiências como esta, e depois votamos na Comissão Mista; em seguida vai para o Plenário do Congresso Nacional, em uma sessão conjunta da Câmara e do Senado. Depois de aprovada, vai para a sanção presidencial. Posteriormente a essa sanção, cabe ao Poder Executivo aplicar o Orçamento, dentro dos limites autorizados pelo Congresso Nacional.

Pois bem, para que seja de alguma maneira útil para quem participa desta audiência e para quem depois vai continuar pensando no tema, pergunta-se: como o



Congresso altera a proposta que vem do Executivo? Através das chamadas emendas. Prefeitos, vereadores, deputados, enfim, todos nós sabemos o que é uma emenda. Aliás, o próprio nome já diz: altera a proposta inicial do governo federal, no caso, o Orçamento da União.

Essas emendas ao Orçamento – à LOA – podem ser feitas por qualquer deputado ou qualquer senador; também podem ser feitas por cada comissão permanente, tanto do Senado quanto da Câmara. E há ainda as chamadas emendas de Bancada. Por exemplo: a Bancada de senadores e deputados da Bahia escolhe algumas emendas que vão ser apresentadas em nome deste Estado.

Digo tudo isso porque, de maneira carinhosa mas também de forma objetiva, foram feitas menções ao relator geral do Orçamento. Até gostaria de ter aquele poder todo. Mas o relator geral, a Comissão Mista de Orçamento e o próprio Congresso Nacional não o têm. E é assim porque existem limites dados pela Lei de Responsabilidade Fiscal e pela Lei nº 4.320. E é bom que se diga que essa lei foi aprovada, se não me engano, em março de 1964, quando ainda era presidente João Goulart. E é exatamente ela que estabelece que determinados contatos sejam feitos diretamente com a população. Isso é obrigatório. E também há a LDO.

E quais são os limites? Limite com gastos de pessoal; a necessidade de apontar uma fonte segura de receita para a criação de despesa de duração continuada; não pode haver despesa sem receita correspondente. Existe ainda o princípio do equilibrado – mencionado pelo senador Acir de maneira tão objetiva –, o qual diz que, ao se trabalhar todas as variáveis, temos de ter como referência o País, e a partir daí produzir um orçamento equilibrado; a compatibilidade entre as leis orçamentárias e a regra de controles do uso dos recursos públicos.

Quero falar sobre a compatibilidade entre as leis. O senador Walter Pinheiro, ao falar das linhas gerais do Plano Plurianual, de forma bastante objetiva tratou de temas referentes à mineração, do Semiárido e da questão da energia. Assim procedeu porque o Plano Plurianual trabalha os objetivos e as metas para os próximos 4 anos, 2012, 2013, 2014 e 2015. Só que a Lei Orçamentária Anual, da qual sou o relator – estou me sentindo quase um usurpador deste lugar, pois, se dependesse da boa provocação da senadora Lídice, tinha



de ser um baiano também, pois ela disse que queria as duas relatorias. Mas tentarei me comportar como um bom baiano! –, tratará de onde vem e para onde vai o dinheiro no próximo ano, ainda que ela vá ser aprovada este ano.

Portanto tem de haver uma compatibilização entre as metas nacionais e o Orçamento de cada ano. Vocês percebem que há uma diferença grande: enquanto um trabalha com metas, objetivos, é o caso do PPA; o outro, o Orçamento, tem de apontar o dinheiro para executar aquilo que o PPA propõe para os próximos 4 anos. Tem de haver uma transição, e quem faz essa transição é a LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias –, que nós já aprovamos. Então essa Lei de Diretrizes Orçamentárias se apoia, se orienta e compatibiliza o Plano Plurianual e dá os limites para que aprovemos a Lei Orçamentária Anual.

Já falei sobre as emendas, e agora quero dar um exemplo que está neste caderno que os senhores e as senhoras possivelmente já têm nas mãos. Na página 12, a proposta inicial do governo para o Orçamento que está em execução este ano, 2011, chegou ao Congresso com o valor de R\$ 8, 822 bilhões e saiu de lá com o orçamento de R\$ 9,407 bilhões.

Ou seja, o Congresso aportou mais R\$ 1,6 bilhão para o orçamento da Bahia, daquilo que estava previsto inicialmente. Isso se deve, como já comentamos inicialmente – e não faço média – ao trabalho de cada Bancada, no caso específico da Bancada baiana de senadores e deputados.

Pois bem, se vocês observarem também na página 12 – é um pouco chato isso, mas é só para fazer uma referência –, na terceira linha de baixo para cima há um item cujo nome é “Nacional”. Isso significa que existem determinadas verbas que ficam numa rubrica nacional e não aparecerão para nenhum Estado. Ou seja, ainda que esteja prevista uma verba para a Saúde, cujo relator é Rui Costa, para a Bahia, o Ministério da Saúde tem recursos referentes à Saúde que, dependendo de necessidades e circunstâncias, dali podem sair mais ou menos recursos para cada Estado da Federação. Se vocês olharem o asterisco, estão fora desses valores: pessoal, benefícios previdenciários, refinanciamento da dívida pública, transferências constitucionais e legais, que são reserva, os fundos, e reserva de contingência. Ou seja, não é de fácil acesso nem para deputado e nem para senador a lei orçamentária.



Nós temos, naturalmente, de nos socorrer da assessoria tanto da Câmara quanto do Senado. E, aí, eu só posso começar a trabalhar como relator geral do orçamento depois que o senador Acir Gurgacz produzir o relatório de receita. Por quê?

Quando o Governo Executivo manda a proposta, de um lado estão as receitas, do outro as despesas. E, aí, quando o Rui falou que para ele, como relator setorial, que são dez no caso do orçamento, ele é o da saúde, para ele também trabalhar vai depender(...), eu dependo do relatório de receita, vamos admitir que o senador Acir consiga 20 bilhões a mais, que é uma hipótese com que estamos trabalhando, desse 20 bi cerca de 8 bilhões vão ter que ir para emendas parlamentares; não é porque os parlamentares querem apenas, mas é porque os vereadores querem; os prefeitos querem; os governadores querem. Por quê? É um dos mecanismos de alterar a lei orçamentária, como nós já comentamos e muitos de vocês já praticam e sabem disso.

O Rui é deputado federal de primeiro mandato, como vocês sabem, mas não só foi extremamente bem votado, ele chegou lá mais do que escolado e com razão falou que depende do relator geral, porque na hora em que eu produzir o chamado parecer preliminar, aquilo que ele já mencionou, só estou repetindo e concordando com ele, é ali que nós vamos definir a margem de manobra do relator setorial e também do relator geral. Quer dizer, aí que nós temos que fazer todo um esforço para buscar receitas e, se não tiver mais, nós ficaremos quase completamente de mãos atadas.

Então, o que o relator setorial não pode? Ele não pode trabalhar com verbas para custeio. Ele faz remanejamentos com investimento. Quem pode reduzir custeio é o relator geral, no caso, este ano sou eu. E tem uma razão quando a lei foi pensada assim, é porque a pressão em cima de cada relator é tamanha que a tentação é muito grande. Então, imagine a legítima mobilização de todos os setores, até para falar de corda em casa de enforcado.

Bom, todo o funcionalismo está de pé. O mais noticiado é o Judiciário, porque não há previsão de um centavo para o Judiciário; não há previsão de um centavo para o Poder Legislativo do ponto de vista de pessoal, e para o Executivo, que tem uma folha de pagamento de mais de 200 bilhões, veio apenas, comparativamente, um bilhão e 600 milhões para, por exemplo, preencher cargos de universidades federais onde ela foi instalada e ainda



não foi contratado professor ou funcionário, ou para fazer reestruturação mínima, ou seja, o Executivo também não tem verba.

Imagine o orçamento apertado com essa crise econômica nos Estados Unidos, na Europa, países como a Grécia, sob intervenção direta do FMI, manifestações nas ruas, e nós do Brasil com uma taxa de desemprego de 6%, com uma inflação que o governo está fazendo um esforço danado para segurar, porque isso corrói salários.

Então, é só para eu repartir com vocês, digamos, de forma absolutamente honesta, clara, que nós vamos procurar fazer o melhor. Agora, se colocar o que é mais prioritário, se depender só da minha opinião, é gerar emprego. Nada, nada é mais fundamental para qualquer família do que nós mantermos o país crescendo, daí a importância em investimento e daí a responsabilidade que nós temos que ter no Congresso. E, às vezes, nós vamos dizer sim com muita satisfação, mas, talvez, a gente tenha que dizer não para muita coisa, mas é nosso dever explicar por que vai ser sim e por que vai ser não .

Portanto, quero apenas mencionar de forma ligeira, porque senão a conversa fica muito pesada, mas todo mundo sabe também que é uma prioridade do governo federal o chamado Plano de Aceleração do Crescimento – PAC. Ou seja, aquilo que está previsto para o PAC tem mais chance ou chance praticamente total de ser executado.

Aqui na Bahia, estão previstos quase 2 bilhões, ou seja, é 1 bilhão 996 milhões e 500 mil reais para obras do PAC: (Lê):

PAC

EM MILHÕES

AÇÕES DO PAC

PLQA 2012

CONSTRUÇÃO DA FERROVIA DE INTEGRAÇÃO OESTE-LESTE - ILHÉUS - CAETITÉ - NO ESTADO DA BAHIA	803,2
CONSTRUÇÃO DA FERROVIA DE INTEGRAÇÃO OESTE-LESTE - CAETITÉ - BARREIRAS - NO ESTADO DA BAHIA	367,0
MANUTENÇÃO DE TRECHOS RODOVIÁRIOS - NO ESTADO DA BAHIA	229,2
CONSTRUÇÃO DA VARIANTE FERROVIÁRIA (EF-431) DE CAMAÇARI - NO ESTADO DA BAHIA	71,0
IMPLANTAÇÃO DO PERÍMETRO DE IRRIGAÇÃO BAIXO DE IRECÊ COM 59.375HA NO ESTADO DA BAHIA	57,6
CONSTRUÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - SÃO DESIDÉRIO - DIVISA BAMB - NA BR-135 - NO ESTADO DA BAHIA	55,5
CONSTRUÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - ILHÉUS - ITABUNA - NA BR-415 - NO ESTADO DA BAHIA	42,0
ADEQUAÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - ILHÉUS - ITABUNA - NA BR-415 - NO ESTADO DA BAHIA	40,5
IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ADUTOR DE GUANAMBI COM 333 KM NO ESTADO DA BAHIA	40,0
ADEQUAÇÃO DE TRAVESSIA URBANA - NO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO - NA BR-407 - NO ESTADO DA BAHIA	40,0
CONSTRUÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - DIVISA PI/BA - DIVISA BA/SE - NA BR-235 - NO ESTADO DA BAHIA	40,0
IMPLANTAÇÃO DA 1ª ETAPA DO SISTEMA INTEGRADO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DA REGIÃO DE IRECÊ	39,5
APOIO A IMPLANTAÇÃO DO TRECHO LAPA-PIRAJÁ DO SISTEMA DE TRENS URBANOS DE SALVADOR - BA	38,4
IMPLANTAÇÃO DO PERÍMETRO DE IRRIGAÇÃO SALTRE COM 31.305HA NO ESTADO DA BAHIA	32,2
CONSTRUÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - ENTRONCAMENTO BA-460 - DIVISA BA/TO - NA BR-242 - NO ESTADO DA BAHIA	22,3
CONSTRUÇÃO DE ACESSO RODOVIÁRIO AO PORTO DE SALVADOR - NO ESTADO DA BAHIA	20,0
CONSTRUÇÃO DE TRAVESSIA URBANA - NO MUNICÍPIO DE LUÍS EDUARDO MAGALHÃES - NA BR-242 - NO ESTADO DA BAHIA	18,0
PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO NO CAPITAL - COMPANHIA DO CAS DO ESTADO DA BAHIA - IMPLANTAÇÃO DE	11,0
TERMINAL MARÍTIMO DE PASSAGEIROS NO PORTO DE SALVADOR (BA)	29,2
CONSTRUÇÃO DE TRECHO RODOVIÁRIO - CARAVELAS - ENTRONCAMENTO BR-101 - NA BR-418 - NO ESTADO DA BAHIA	1.996,5
DEMAIS PROGRAMAS	
TOTAL	

Ou seja, eu fiz questão de ler aqui uma parte, aqui dá quase 2 bilhões praticamente, mas fora aqueles valores que não aparecem, e podem aparecer depois, a Bahia estará contemplada com, praticamente, 10 bilhões de reais. O valor exato é 9 bilhões, 842 milhões e 600 mil reais.

Portanto, eu quero encerrar agradecendo a presença de vocês, me colocando à disposição do Estado da Bahia, naturalmente da maneira mais rápida e eficaz, para trabalharmos solidariamente com a Bancada baiana, lá no Congresso Nacional.

Muito obrigada. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

1896-I

Ses. Esp. 27/09/11

Or. Irajá Pataxó

Sessão especial da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

O Sr. PRESIDENTE (Vital do Rêgo):- Agradeço ao deputado Chinaglia. Tenho a certeza e a confiança de que V.Ex^a irá fazer um extraordinário trabalho, como tem sido a pauta da sua vitoriosa vida pública.

Estamos ao vivo no Canal Assembleia. O acesso é através do site www.canalassembleia.ba.gov.br.

Registro a presença do secretário da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos Sr. Almiro Sena, a presença de mais três companheiros deputados estaduais Marcelino Galo, José de Arimatéia, Rosemberg Pinto, Maria del Carmem. É impressionante a presença dos Srs. Deputados envolvidos neste trabalho. Já somos 25 parlamentares que compõem este seleto grupo de deputados estaduais da Bahia.

Antes de passar a palavra ao governador, vou pedir para fazer uso da palavra o índio Irajá Pataxó, que é coordenador da articulação dos povos indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo, que representam 14 povos indígenas na Bahia. Eles têm que se encontrar, agora, com o secretário do Interior e Justiça. É só para entregar o documento ao nosso senador Walter Pinheiro e peço a Irajá, para rapidamente, encaminhar-se e entregar, em nome das articulações dos povos indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santos, um documento ao senador Walter Pinheiro.

O Sr. PRESIDENTE (Vital do Rego):- Com a palavra o Sr. Irajá Pataxó, para seu breve pronunciamento

O Sr. IRAJÁ PATAXÓ:- Obrigado, Sr. Presidente desta Casa.

Um bom-dia para todos os deputados da legislação do Estado da Bahia, deputados federais e senadores aqui presentes. O povo pataxó está dando bom-dia e os 14 povos da Bahia, também, para deputados, autoridades e secretários Estaduais.

Este dia é um momento especial para os povos da Bahia, porque esta Casa está nos dando essa oportunidade. Queremos falar da situação de uma terra, dos pataxós *hã-hã-hães*. Estava em pauta, nesta quarta-feira, no Supremo Tribunal, mas saiu. Esses 14 povos aqui representados, estão com uma moção de apoio. Somos mais de 30 indígenas em todo o Estado da Bahia, onde estão as 14 etnias, e estamos todos com os dados nas mãos, tratado no documento de nº12, em que o governo do Estado é réu. Estamos aqui presentes para entregar essa carta e protocolar, nesta Casa, essa moção, para que vocês tenham conhecimento desta causa, há mais de 511 anos de luta, onde aquele povo foi vítima de discriminação e extermínio na Bahia.

Nós não queremos que continue esse extermínio no Estado da Bahia. Estamos exigindo o que nos é de direito. Queria pedir licença aqui, mais um minutinho, Sr. Presidente, para poder ler alguns trechos dessa moção. Todas as leis anteriores à Constituição Federal de 1888, como verá adiante, garantia e ordenava a respeito das terras indígenas, mas só de interesse político, nunca permitia que o Poder Judiciário fizesse valer essa lei da Justiça:

(Lê) *“O Alvará de 1º de abril de 1680 à lei Pombalina, de 6 de julho de 1755, estabelecia aos índios no inteiro domínio pacífico, posse das terras para que gozassem delas e a todos os seus herdeiros. A lei imperial número 601 de 18/9/1850 determinava, em seu artigo 72, que são reservadas as terras devolutas para colonização e aldeamento de terras indígenas nos distritos onde existirem hordas selvagens.”*

Então, quer dizer, nós não estamos aqui pedindo esmola, nós estamos exigindo o que é nosso. É esse povo do Estado da Bahia todo, isso está em lei. Vou deixar protocolado nesta Casa esta carta de Moção de Apoio ao nosso povo. Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

1897-I

Ses. Esp. 27/09/11

Or. Zezéu Ribeiro

Sessão especial da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

O Sr. PRESIDENTE (Vital do Rego):- Agradeço ao representante dos povos indígenas da Bahia e do Nordeste a participação. O senador Walter Pinheiro recebe neste momento o documento reivindicatório dos povos indígenas. Registro e agradeço o comparecimento de todas as etnias que representam os 14 povos indígenas na Bahia. Estão liberados para o encontro administrativo que terão agora com o secretário respectivo dos assuntos de interesse de cada um de vocês.

Deputado estadual Capitão Tadeu. Delegado, capitão... Estamos fortes aqui, pelo menos de insígnia. Fui deputado estadual, obviamente, e por isso me sinto tão bem nos parlamentos estaduais. Fui três vezes deputado estadual pela Paraíba e, no mandato passado, exerci como deputado federal.

O Sr. PRESIDENTE (Vital do Rego):- Quando cheguei à Câmara dos Deputados, havia uma referência ao Nordeste: todos o apontavam como o homem que mais lutava pela Região Nordeste. Privei de sua amizade, do seu relacionamento, compus uma Frente Parlamentar que ele defendia, mas agora Jaques Wagner tirou-o de nós para abrilhantar o Governo da Bahia. Com a palavra o representante do governador, deputado Zezéu Ribeiro. (Palmas)

O Sr. ZEZÉU RIBEIRO:- Bom dia a todos os companheiros e companheiras que estão aqui para debater a nossa legislação orçamentária. Meu companheiro Vital do Rego, que nos trata com esse carinho todo, compartilhamos experiências lá na Câmara federal; Arlindo Chinaglia, relator do Orçamento; Walter Pinheiro, relator do PPA; deputado Acir, relator da Receita, vai arrumar também, senador, dinheiro. Ele chegou aqui, mas tem que arrumar dinheiro para esse orçamento. Depois que Arlindo Chinaglia falou, eu disse assim: vamos fazer aqui um catadinho, levantar um dinheiro para ajudar o orçamento nacional. (Risos) Companheiro Rui Costa, com uma responsabilidade enorme com a saúde, aí vamos

ver como tratamos essa questão, minha senadora Lídice da Mata, companheiros deputados estaduais, uma bancada representativa grande do povo baiano, deputado Waldenor, é bom estar aqui com vocês. Nós aqui na Bahia, para aqueles que chegam, fizemos o nosso PPA e o nosso Orçamento o mais próximo do Nacional. Quer dizer, foi o Estado que adotou efetivamente mais de perto a metodologia de elaboração do Plano Plurianual. Construimos isso juntos.

Tive a honra de presidir o Conselho Nacional de Secretários de Planejamento, fizemos um termo de cooperação com o Ministério do Planejamento e realizamos muitas ações conjuntas, inclusive discutindo a preparação do Plano Plurianual de forma conjunta. Trabalhamos o Plano Plurianual de forma temática e não setorial, de forma territorial. Avançamos muito nisso, embora ainda tenhamos muita questão. A rubrica nacional ainda é mais presente do que merece no orçamento. Quero chegar um dia em que trataremos até pessoal de forma regionalizada, porque se pegarmos um Estado como o Rio de Janeiro veremos que o volume de recursos de pessoal que é passado para o Rio de Janeiro é mais do que o orçamento de quase todos os Estados do Nordeste, porque há a herança de ter sido capital e aquela coisa lá ficou.

Então isso é o quê? Injeção concreta de recursos que se faz naquele Estado. É um volume de dinheiro que ali circula que é transferência da União para aquele Estado. Espero que um dia possamos trabalhar com essa transparência, com essa tranquilidade, para reduzir efetivamente as nossas diferenças.

O plano federal tem essa responsabilidade enorme: tratar diferentemente os desiguais. Enquanto estivermos tratando igualmente os desiguais estaremos acirrando as desigualdades. Essa é uma máxima que sempre buscamos utilizar, particularmente em relação à questão do Nordeste.

O terceiro aspecto foi a transversalidade. Quando se trabalha dessa forma com o território, com o tema, e não com o setor, tem-se que trabalhar necessariamente a transversalidade.

Hoje, o governador está inaugurando uma ação de segurança no programa Pacto pela Vida na qual estão inseridas 8 ou 9 secretarias distintas, todas elas com o

ênfoque com relação à segurança. A segurança não é só uma questão da Segurança Pública, é uma questão que envolve um conjunto de secretarias que têm as suas especificidades e as colocam para discussão disso. E esse foi um trabalho feito que leva também à despersonalização do orçamento, não é o meu orçamento, é o orçamento do Estado que é administrado pelas diversas secretarias.

Isso levou também a que tenhamos um plano pluri-anual - tanto no plano federal, quanto no estadual – que não é mais um orçamentão. Temos buscado distinguir o plano pluri-anual do orçamento efetivamente. Muitas vezes temos como pluri-anual o conjunto dos 4 orçamentos. Fazemos aquele negócio, dividimos por 4 e trabalhamos com os mesmos títulos, com as mesmas questões. Agora trabalhamos muito mais programaticamente, estruturalmente, o PPA e mais operacionalmente a lei orçamentária anual.

Cabe-nos a responsabilidade de trazer algumas demandas. Viemos aqui com a responsabilidade de representar o governador e há alguns aspectos que consideramos fundamentais para o desenvolvimento da Bahia e que não foram contemplados no pluri-anual. Queria me referir especificamente à questão da duplicação 101 e 116. Essa é uma luta histórica que nós vamos desenvolvendo. A 101 já está sendo pista dupla no Espírito Santo e em Sergipe. Então temos que contemplar a Bahia e, particularmente, a 101- Norte, porque na 101-Sul podemos fazer até um remanejamento da terceira pista nos aclives, dobrá-las em núcleos urbanos, aumentar os raios de curva em áreas mais perigosas, mas temos que ter uma operação grande aí. E a 116 também. É a expectativa desse pluri-anual atual que não foi contemplado no próximo.

Uma outra questão que nos parece extremamente importante é a questão da mobilidade urbana. Embora esteja contemplada no orçamento, só vem uma parte que não dá para completarmos no trecho Lapa-Pirajá que é a linha 1 do metrô. Então, não há previsão orçamentária para o trecho 2 e o que há para o trecho 1 é muito pequeno. Essa é uma obra prioritária tendo em vista inclusive a Copa. Estão alocados na previsão orçamentária R\$ 39 milhões e 500 mil.

Uma terceira questão que me parece importante abordar também é a do centro antigo de Salvador. O centro antigo é uma conceituação que nós estamos fazendo que ultrapassa a área do Centro Histórico. Você tem o Centro Histórico, há recursos no Orçamento Estadual da ordem de 300 e poucos milhões, mas nós precisamos ter uma contrapartida importante no plano federal, contribuir nesse processo porque acreditamos na recuperação da área, não só do Centro histórico, mas da área da ampliação que pega o Comércio, vai do Campo Grande até o Santo Antônio, então, é uma área expandida do centro antigo de Salvador.

Uma outra questão que levantamos são os diversos programas de água para o Semiárido. Você tem diversos programas inclusive no Semiárido, mas nas áreas dos vales férteis, nas áreas de irrigação. Você tem uma série de ações mais pontuais em relação à água, com atendimento mais localizado de cisternas, aguadas etc, mas precisamos, por exemplo, da perenização dos rios da margem direita do São Francisco. Nós temos na margem esquerda do São Francisco uma contribuição de 23% do volume de água do Rio São Francisco. E a contribuição da margem direita é menos que 1%. Os rios são importantes, mas são todos intermitentes: o Paramirim, o Santo Onofre, o Verde, o Jacaré, o Salitre são as principais contribuições com o uso intermitente e uma ação efetiva nesse sentido também nos parece extremamente importante.

Por fim, estamos trabalhando num projeto que busca a integração do Nordeste à integração sul-americana. Nós temos o IIRSA, que é a Integração da Infraestrutura Sul-Americana ligada à Unasul, e fizemos a partir daqui com o Ceplan um projeto de integração do Nordeste. Havia um branco na integração sul-americana e o Nordeste de fora, o branco era o Nordeste brasileiro. Nós elaboramos e discutimos isso na subcomissão de Assuntos Regionais do Senado, na Bancada do Nordeste na Câmara dos Deputados, fizemos reuniões com o BIDE a Sudene. Esse projeto integra toda a malha ferroviária de todos os estados do Nordeste e integra a Fiol com a Fico atingindo o Pacífico. Era um dos eixos do programa da integração Peru, Brasil e Bolívia que ampliamos para o eixo interoceânico Peru, Brasil e Bolívia através dessas ferrovias fazendo essa integração também, que nos parece importante.

E queríamos ver contemplado no PPA o estudo e as ações nas áreas de influência das ferrovias, porque não pode ficar de legado ou de consequência para onde passa a ferrovia o apito do trem. O trem que passa tem que ser um incrementador da economia na região, o reconhecimento das potencialidades, a sua integração a essa malha via ferroviária, via rodoviária, via hidroviária, e aí está a hidrovia do São Francisco que vai cruzar a ferrovia e com isso também traz as bases da plataforma logística nessas áreas, que nós também temos trabalhado e gostaríamos de contar com a parceria com o governo federal.

Levantamos essas questões que são importantes a serem ressaltadas, vamos depois sentar com o nosso irmão Walter Pinheiro para trabalharmos juntos com isso. Mas queríamos deixar registradas essas primeiras preocupações no debate com a Comissão Mista do Congresso Nacional que está discutindo o PPA e a LOA

Quero saudar também o trabalho. Vemos que a cada momento temos conseguido avançar mais nesse sentido. Acompanhei um pouco desse trabalho nos 9 anos que passei lá e quero dar continuidade mesmo licenciado, mas com uma função que faz a interface grande no trabalho.

Parabéns a todos esses que estão dirigindo o trabalho, os companheiros deputados que aqui vão dar adequação ao PPA e ao nosso Orçamento, o companheiro Joseildo, que é relator do Plano Plurianual. Quanto ao Orçamento, estarei entregando na próxima quinta-feira. O deputado Zé Neto ainda não fez a indicação do relator. Mas queremos fazer um trabalho em conjunto, realizar audiências, trabalhar juntamente com os parlamentares no aperfeiçoamento da nossa peça legislativa.

Muito obrigado. (Palmas!)

O Sr. PRESIDENTE (Vital do Rêgo):- Agradeço ao nosso querido deputado Zezéu Ribeiro, que trouxe valiosas contribuições para o PPA baiano.

(Não foi revisto pelo orador.)

Ses. Esp. 27/09/11

Or. Luiz Augusto

Sessão especial da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

O Sr. PRESIDENTE (Vital do Rêgo):- Registro a presença do deputado Yulo Oiticica, que compõe também a nossa seleta plateia.

Precisamos ouvir o restante da Mesa, e a primeira inscrição é do deputado João Leão. Mas preciso ouvir agora o presidente da Comissão de Finanças, que vai brevemente se posicionar em relação ao Orçamento, o meu querido deputado Luiz Augusto. (Palmas!)

O Sr. LUIZ AUGUSTO:- Serei muito breve, Sr. Presidente. Quero saudar o senador Walter Pinheiro em nome de todos da Mesa e de todos os deputados.

É bom que venha realmente essa peça orçamentária aos Estados para que nós possamos fazer comparações e aqui termos a oportunidade de reclamar ou reivindicar. Estava olhando a peça orçamentária de Pernambuco - não que queira que tire de lá, quero só que dê mais para a Bahia. Mas tirar do Nordeste, de jeito nenhum! Aquele Estado tem cerca de R\$ 15 bilhões e 700 milhões, enquanto o nosso tem cerca de R\$ 9,5 bilhões.

Então a diferença é muito grande. E a nossa Bahia tem uma população muito maior do que Pernambuco e também é o maior semiárido do Nordeste. Sendo assim, é hora de aumentarmos os recursos para que possamos fazer uma distribuição, diminuindo talvez essa diferença do mais rico para o mais pobre e dando uma condição melhor às pessoas do interior baiano para que possamos nos orgulhar não só de sermos baianos, mas também nordestinos, ao trazer mais recursos para a Bahia e não tirando recurso de Pernambuco.

Devemos igualar o percentual em termos de área ou população. Vocês escolhem. Qualquer um que puder comparar e equiparar com Pernambuco, a Bahia estará satisfeita com o aumento de recursos em qualquer área.

A vocês muito obrigado por estarem aqui na Bahia e darem oportunidade a nós, deputados estaduais, de reivindicar.

O Sr. PRESIDENTE (Vital do Rêgo):- Deputado Luiz Augusto, eu não choro o seu choro porque, às vezes, alguém pode estar de barriga mais cheia do que outro. Mas a Paraíba, que represento - e me incorporo ao senhor nessa sua luta -, imagine então como está.

(Não foi revisto pelo orador.)

Ses. Esp. 27/09/11

Or. Zé Neto

Sessão especial da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

O Sr. PRESIDENTE (Vital do Rêgo):- Quero chamar para finalizar os entes da Mesa, o deputado e Líder do governo na Assembleia Legislativa, Zé Neto, para sua rápida saudação ou reivindicação.

O Sr. ZÉ NETO:- Sr. Presidente, nas pessoas do deputado Chinaglia e da senadora Lídice da Mata, quero saudar homens e mulheres que estão à Mesa. Pinheiro foi muito feliz na explanação dele. Luiz Augusto também não ficou abaixo, porque deixou aqui a nossa reivindicação.

Reconheço que Pernambuco tem dois investimentos importantes, que são o do porto e o da refinaria da Petrobras. Então, isso dá um volume grande de recursos. Mas vi que estamos melhor que o Sul, não estamos tão mal com relação ao Sudeste, não, mas precisamos avançar, sim.

Deputado Chinaglia, a Bahia vive um momento importante na sua infraestrutura. Fundamentalmente, precisamos avançar na nossa capacidade logística do Estado. E isso é o grande investimento do Estado e do Nordeste, porque não se fala da Bahia apenas como Estado, mas se fala como um movimento que é feito na Bahia e que transcende as suas fronteiras.

É importante para o Nordeste que a Bahia tenha mais investimentos assegurados no que diz respeito às ferrovias e às rodovias; mais capacitação e capacidade de melhorar seus aeroportos. Quero citar o aeroporto de Conquista. Temos um aeroporto também importante em Feira de Santana. Evidentemente, tudo isso faz parte de um conjunto de ações que precisam ser vistas.

Estive em Conquista na semana passada, já está tudo encaminhado, já há audiências públicas finalizando todo o processo. Mas vamos precisar de recursos nos diversos aeroportos do nosso Estado. Feira de Santana está a 110 quilômetros daqui. Eu moro lá.

Agora é que estamos começando a engatilhar na Bahia esse movimento em torno dos aeroportos, inclusive há atrasos, estamos com alguns Estados do Nordeste até mais avançados em termos de concepção de aeroportos do que aqui no Estado.

O governador Jaques Wagner tem feito um esforço grande, mas, obviamente, vamos precisar, sim, de algum auxílio federal. O secretário Zezéu colocou aqui suas questões relacionadas ao Orçamento. Ele tem visto de perto o quanto é importante o que estou colocando aqui, porque é uma reivindicação de todo o Estado.

Inclusive, nessa questão relacionada às rodovias, principalmente, há uma necessidade de desenvolvimento das regiões econômicas que vai evidentemente cair dentro do que V.Ex^a colocou, deputado Chinaglia, que é a geração de emprego e renda. Não haverá geração e emprego e renda se não melhorarmos a logística, a infraestrutura, as condições econômicas. É evidente que precisamos desses investimentos estruturantes.

Então, que se dê esse casamento das questões estruturantes com as questões relacionadas diretamente a emprego e renda aqui na Bahia. Demos alguns exemplos que estão intrinsecamente relacionados.

Espero que V.Ex^a, generoso como é, veja o nosso Estado nessa concepção estruturante.

O Sr. PRESIDENTE (Vital do Rêgo):- Agradeço ao Sr. Deputado Zé Neto.
(Não foi revisto pelo orador.)

1900-I

Ses. Esp. 27/09/11

Or. João Leão

Sessão especial da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

O Sr. PRESIDENTE (Vital do Rêgo):- Estamos às 11h40min e temos, ainda, uma hora de sessão. Passaremos à segunda parte da nossa atividade, que são os debates. Inicialmente, começarão pelos deputados federais, deputados estaduais e lideranças que estão se inscrevendo.

Ainda há a palavra derradeira dos dois relatores, essencialmente do relator da PPA e do relator-geral. Dentro desse espaço que temos, gostaria de que todos pudessem falar. Peço a todos dinâmica ainda na abertura das inscrições para a objetividade necessária do bom andamento da nossa sessão. As referências já foram feitas.

Com a palavra, pela sua experiência, inteligência e trabalho, o chefe da Casa Civil da Prefeitura de Salvador, o nosso querido deputado João Leão.

O Sr. JOÃO LEÃO:- Senhoras e senhores, sinto-me como se estivesse voltando para junto de vocês nesta reunião da Comissão Mista. Quero saudar o nosso presidente, senador Vital do Rego, o relator-geral da PPA, senador Walter Pinheiro; o relator-geral da Lei Orçamentária, meu amigo, companheiro, Arlindo Chinaglia; o relator da Receita, senador Acir Gurgacz; a querida amiga, senadora Lídice da Mata; o relator da Área Temática da Saúde, meu companheiro, amigo Rui Costa; Sr. Líder do governo na Assembleia, Zé Neto; companheiro, amigo e grande orçamentista da Bahia, deputado Luiz Augusto; o companheiro Zezéu Ribeiro, secretário do Planejamento, nosso companheiro-deputado; secretários que estão presentes; o companheiro, amigo que acaba de chegar, deputado Nelson Pelegrino; e saudar todos os Srs. Deputados Estaduais na pessoa do nosso relator, deputado Luiz Augusto.

Mas, senhoras e senhores, tenho o prazer de ter sido membro da Comissão Mista do Orçamento por quase 16 anos. Desde quando cheguei lá, vi que era a minha comissão, que a comissão seria a minha casa, e procurei especializar-me na matéria.

Uma coisa interessante: quando cheguei, encontrei o ex-deputado Delfim Neto sentado à comissão. Virei para Delfim e disse: “Ministro, será que eu posso me sentar aqui, a seu lado?” Ele disse: “Pode. A cadeira está vazia.” Eu disse: “Não, não estou querendo a cadeira vazia. Eu quero sentar a seu lado e ficar sendo o seu garotão de recado aqui. O que o senhor quiser, o senhor pede a mim e eu vou fazer.”

Com isso, adquiri uma experiência muito grande em orçamento, absorvendo daquele que eu achava que era o papa da comissão. E realmente era. Neste País, se há pessoas que entendem de orçamento, o nosso ministro Delfim Neto é um dos que estão dentro dessa seara de orçamentista neste País.

Procurei também discutir as coisas, presenciar, correr atrás. Varava as madrugadas, e nunca deixei de estar presente na comissão, discutindo e aprendendo. Graças a Deus – não é meu amigo Pinheiro? –, aprendemos. E aprendemos muito!

Há algumas coisas interessantes. Estamos aqui vendo, neste orçamento, que a maioria dos valores de obras está no PAC. Todos vocês já ouviram falar no PAC. Garanto que nem Arlindo sabe quem inventou o PAC. Você sabe, Arlindo? Quem criou o PAC, modéstia à parte, está aqui. Você pode perguntar à assessoria de lá. Quem criou o PAC foi João Leão. Você pode perguntar à assessoria. Você ia dizer que foi a assessoria. Você discuta com a assessoria...

O Sr. Arlindo Chinaglia:- Eu ia dizer que as assessorias da Câmara e do Senado participaram, mas jamais duvidaria da sua participação.

O Sr. JOÃO LEÃO:- Amigo, o deputado Walter Pinheiro, aqui, é minha testemunha, porque participou de todas as reuniões e complementou...

(Há uma manifestação fora do microfone.)

O Sr. JOÃO LEÃO:- Não. Nós criamos o PPI - Projeto Piloto de Investimento, que é o PAC. Quando você lê às rubricas orçamentárias, não há escrito PAC lá, não, e, sim, PPI - Projeto Piloto de Investimento.

Walter Pinheiro nos deu muitas substâncias na criação. Nós levamos horas, horas e dias, e quando criamos e fechamos o relatório com o PPI, fomos conversar com o companheiro Guido Mantega. Guigo, então, me disse: se fosse fácil assim já teríamos criado. Eu saí de cabeça baixa do Ministério do Planejamento.

Eu e toda a equipe técnica da Câmara fomos ao Ministério da Fazenda conversar com Palocci, que achou uma ideia maravilhosa e marcou com o presidente Lula. No dia seguinte, às 9 horas da manhã, conversamos com Lula. Este chamou Palocci, chamou o então Ministro do Planejamento, nosso atual Guido Mantega, chamou o Ministro da Agricultura, na época Roberto Rodrigues.

Onde criamos o PPI e o PAC, na época? Baseado nas rodovias federais que iam para os portos, e nos portos nasceu o PPI. Era 1 bilhão, 280 milhões de então.

Ficou um “pode, não pode, pode, não pode”, quando o presidente Lula, na reunião, diz: “quem votou em mim não foi o FMI, quem votou em mim foi o povo brasileiro. Deputado, pode colocar que eu aprovo.” Colocamos, e foi aprovado. Isso gerou uma discussão por dias e dias. Lula um dia disse: bote que eu veto. Eu falei que não dava para vetar, ou é ou não é, não cabe veto. Ou o senhor aprova ou não aprova.

Sinto-me feliz por ter aqui companheiros como todos vocês aqui presentes, continuando essa odisseia da Comissão Mista de Orçamento, levando esperança, trazendo esperança para todos nós, apesar de, Arlindo, eu nunca ter visto um orçamento tão pequeno quanto esse. Vocês terão de dar uma virada de mesa nisso.

A Bahia vai receber menos 13% do que o ano passado; o Acre vai receber menos 24%; a Paraíba vai receber menos 19%, presidente. Temos de “virar a mesa” na Comissão. Meu senador Acir, o senhor terá de arrumar receita. O que vemos nesse país é que a cada dia nossa receita vai crescendo, vai aumentando. Estamos com uma arrecadação recorde a cada mês. E onde está essa receita, que não está aqui?

Temos aqui na Bahia algumas coisas que são imprescindíveis. Estamos com o metrô na paralela, concluir o metrô, e temos 39 milhões, não dá nem para coçar. Temos de dar uma “virada de mesa” nesses valores.

Meu companheiro Pellegrino, você que é coordenador da Bancada, nós queremos levar o metrô a Pirajá, nós queremos levar a Cajazeiras, nós queremos levar o trem do subúrbio, e vamos ter de fazer isso. Mas são poucos os recursos. Nós queremos colocar metrô na Paralela, Secretário Zezéu.

O Sr. PRESIDENTE (Vital do Rêgo):- Para concluir, deputado.

O Sr. JOÃO LEÃO:- Acho que esse orçamento está muito aquém. Estamos com uma Mesa de Negociações com o Ministério do Planejamento, e esse Mesa de Negociações precisa entrar no orçamento.

Pinheiro, companheiro, amigo velho, a sua responsabilidade é muito grande. Todas as conquistas que tivemos na Bahia, nos últimos 10 anos, saíram da Comissão Mista de Orçamento. Está aí a Ferrovia Oeste-Leste. Foi na madrugada que ela entrou. Sabe quanto, Arlindo? Um bilhão e 270 milhões. Foi na madrugada! A Bancada da Bahia é forte! Está aí a senadora Lídice da Mata que ficava conosco madrugada adentro lá. Temos uma Bancada forte, e essa Bancada não vai aceitar isso, não, presidente. Vamos dar uma virada de mesa nisso, engessar e colocar mais recursos para a Bahia.

(Não foi revisto pelo orador.)

Ses. Esp. 27/09/11

Or. Waldenor Pereira

Sessão especial da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

O Sr. PRESIDENTE (Vital do Rego):- Deputado João Leão, as palmas e a compreensão dos seus colegas já justificam a sua exceção da regra.

Vamos agora usar os três minutos, porque, no seu caso, foi uma exceção pela sua longevidade no orçamento, são 16 anos, coloquei um minuto por cada ano de orçamento.

Vamos voltar aos três minutos, com a palavra o deputado federal Waldenor Pereira.

O Sr. WALDENOR PEREIRA: - Sr. Presidente senador Vital do Rego, quero saudar o companheiro Arlindo Chinaglia - relator do orçamento da União, os companheiros senadores baianos Lídice da Mata e Walter Pinheiro, senador Acir, meus colegas deputados Nelson Pelegrino e Rui Costa, deputado Luiz Augusto e Zé Neto; saudar também os demais deputados estaduais, especialmente meus ex-colegas.

Em primeiro lugar, quero destacar a importância desta audiência que embora legal, conduzida pelos parlamentares Walter Pinheiro, Arlindo Chinaglia e Vital do Rego, nos dá a garantia do seu caráter democrático e participativo, como de fato ela deve se caracterizar.

Eu peço licença ao secretário do Planejamento da Bahia, Zezéu Ribeiro, porque, naturalmente, essa recomendação deve ser de competência da sua pasta, porque eu penso que deveríamos recomendar à Bancada de deputados e senadores da Bahia para, na apresentação das suas emendas parlamentares, priorizarem a desconcentração da economia.

Nós, por décadas, nos subordinamos neste Estado ao modelo de desenvolvimento que se caracterizou como concentrador de rendas, de capitais e especialmente concentrador do ponto de vista espacial e geográfico.

A Região Metropolitana de Salvador ainda hoje representa o carro-chefe da economia baiana, algumas outras poucas regiões, selecionadas como de maior dinamismo, têm recebido maiores investimentos tanto no âmbito estadual quanto federal, e o nosso governador Jaques Wagner, quando ainda estava em campanha eleitoral, no seu programa de governo, apresentou sabiamente uma das prioridades do seu governo: a desconcentração da economia. Isso vem acontecendo, é verdade, a construção da Ferrovia Oeste-Leste é um exemplo concreto dessa realidade. Investimentos privados com apoio governamental como o da Bahia Mineração no município de Caetité, para a produção de minério de ferro também representa uma importante iniciativa, mas consideramos que essa prioridade deve permanecer o desenvolvimento do nosso Estado. O crescimento do seu Produto Interno Bruto depende fundamentalmente da desconcentração da economia baiana com a descentralização de investimentos.

Dito isso, Sr. Presidente, eu também não poderia deixar de apresentar aqui quatro demandas que considero fundamentais para a desconcentração da economia e o desenvolvimento regional, especialmente das Regiões Sudoeste e Serra Geral da Bahia, que são as de maior atuação do nosso mandato, que é a construção do aeroporto de Vitória da Conquista, já destacado aqui pelo companheiro Zé Neto, agradeço seu apoio nesse sentido. Já dispomos de 30 milhões de reais iniciais para a publicação do edital, mas não serão suficientes. O orçamento do aeroporto está preliminarmente situado no patamar de 80 a 100 milhões de reais.

Quero aqui também fazer a defesa de uma demanda antiga, de conhecimento de vários parlamentares do Congresso Nacional, que é a construção da Barragem do Rio Pardo, uma obra indispensável e imprescindível ao desenvolvimento de Vitória da Conquista e de vários municípios circunvizinhos, como Encruzilhada, Cândido Sales e Belo Campo dentre outros municípios. Vitória da Conquista é abastecida até hoje por duas barragens e o município vizinho de Barra do Choça, não é Pinheiro?

Quero também chamar atenção sobre a Universidade Federal do Sudoeste da Bahia. Já fizemos essa defesa agora, inclusive anterior ao anuncio da presidenta

Dilma Rousseff . Vitória da Conquista já conta com o campus da Universidade Federal, o Instituto Anísio Teixeira, com investimento de mais de 30 milhões de reais em instalações laboratoriais, físicas. O campus já oferece seis cursos de graduação e três novos cursos serão implantados agora no fim do ano. Sem falar que já contamos também com um mestrado e um doutorado. Portanto o campus está pronto para se transformar numa universidade federal, atendendo a Região Sudoeste da Bahia.

Por último, Sr. Presidente, a nossa região carece também da instalação de um porto seco. Vitória da Conquista é uma cidade polo de uma região de mais de 2 milhões de habitantes, com forte participação do segmento comercial e a comunidade empresarial daquela região também reivindica a instalação de um porto seco. Então, acho de fundamental importância a inclusão, senador Walter Pinheiro, sei que V.Ex^a acolherá essas nossas reivindicações, recursos para o aeroporto, instalação da universidade federal, instalação do porto seco e a construção da Barragem do Rio Pardo.

Muito obrigado, Sr. Presidente, peço desculpas e agradeço pela tolerância.

(Não foi revisto pelo orador.)

Ses. Esp. 27/09/11

O Sr. PRESIDENTE (Vital do Rego):- Quero dizer que temos 6 deputados inscritos e 5 representações. Antes de passar a palavra ao meu queridíssimo amigo pessoal e brilhante parlamentar, deputado Nelson Pellegrino, gostaria de pedir licença aos senhores, vou me privar dessa convivência tão saudável e sedutora que a Bahia nos proporciona, tenho que me deslocar agora ao Rio de Janeiro, pois preciso fazer uma sustentação oral no Tribunal de Justiça de lá às 16h.

Então, peço licença aos senhores dizendo da gratidão e do reconhecimento desta comissão pelo extraordinário apoio e solidariedade que recebemos aqui da Assembleia da Bahia, pedindo que o senador Walter Pinheiro possa continuar dirigindo nossos trabalhos até às 13h, quando a comissão deverá se deslocar à Brasília. Tenham todos uma boa-tarde e fiquem com Deus.

Ses. Esp. 27/09/11

Or. Nelsom Pellegrino

Sessão especial da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

O Sr. PRESIDENTE (Vital do Rego):- Com a palavra meu queridíssimo deputado federal, quem sabe prefeito de Salvador, Nelson Pellegrino.

(Palmas)

O Sr. NELSON PELLEGRINO:- Quero agradecer as palavras carinhosas do nosso presidente, Vital do Rego. Já lhe desejei, mas quero de público fazê-lo, bem-vindo à Bahia, Vital é nordestino como nós, e tem sido um grande presidente da Comissão de Orçamento. Boa-viagem, presidente, e muito obrigado por estar conosco nesta audiência. Tenho certeza de que V.Ex^a continuará conduzindo nossa comissão com a mesma competência.

Quero saudar o nosso relator do PPA, senador Walter Pinheiro, que fará, com certeza, um relatório equilibrado, mas não deixará de contemplar a região mais desigual deste País, o Nordeste; saúdo também o meu companheiro e amigo o senador Acir, que também foi com o nosso presidente Vital do Rêgo; a nossa senadora Lídice da Mata, grande representante da Bahia; e o nosso companheiro e meu amigo Arlindo Chinaglia, relator que tratará com muito carinho a Bahia no Orçamento de 2012, principalmente Salvador.

Não vou me alongar muito, porque, como coordenador da Bancada, terei de procurar ser o porta-voz de um conjunto de reivindicações e anseios que a Bancada levanta e levantará. Mas algumas questões são importantes, senador Walter Pinheiro. E tenho certeza de que V.Ex^a acolherá em seu relatório as nossas estradas, que são importantes; a Ferrovia Oeste-Leste, que é uma luta da Bancada baiana; as nossas universidades, que queremos expandir.

O deputado Waldenor Pereira falou da nossa universidade do Sudoeste. Mas já há outras, como as duas que a presidente Dilma Rousseff acaba de anunciar: a Universidade do Oeste e a Universidade do Sul. Além da necessidade de recursos

para a expansão orgânica dos *campus* das universidades já existentes, UFBA, UFRB e Universidade Luso-Africana, lá em São Francisco do Conde.

Destaco ainda o nosso metrô. Está aqui o deputado João Leão, chefe da Casa Civil da Prefeitura de Salvador, que muito bem lembrou a preocupação de concluirmos os 12 quilômetros dessa obra, para que ele possa chegar a Pirajá. E que esse metrô possa ter o seu ramal na Paralela, chegando até Lauro de Freitas, com a possibilidade de expansões futuras, indo até Cajazeiras. E que tenhamos um ramal de integração do trem do Subúrbio até o Acesso Norte, para que haja a integração do sistema da nossa cidade.

E há também o antigo sonho – está aqui o deputado Joseildo Ramos – de levarmos o trem do Subúrbio até Alagoinhas. Essa é uma reivindicação importante, tendo em vista que as BAs-093 e 324 estão congestionadas. Por isso existe esse sonho de expandir o trem que sai do Subúrbio, para que ele possa ser alternativa para o transporte da Região Metropolitana.

Por outro lado, as nossas escolas técnicas também estão se expandindo. O mesmo acontece com os nossos sistemas de saúde e educação.

Enfim, tenho certeza da importância desta audiência pública promovida pela Comissão de Orçamento na Assembleia Legislativa. E aproveito para agradecer aos deputados Marcelo Nilo, Luiz Augusto e aos demais parlamentares que representam este Poder. Este é o momento de não apenas os deputados federais falarem mais uma vez, pois já falam na Comissão de Orçamento através das suas emendas, mas principalmente os deputados e deputadas estaduais da Bahia; esta é uma oportunidade para a sociedade organizada apresentar contribuições para o nosso Plano Plurianual.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

Ses. Esp. 27/09/11

Or. Pastor Sargento Isidório

Sessão especial da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

O Sr. PRESIDENTE (Walter Pinheiro):- Agradeço ao deputado Nelson Pelegrino.

Estamos caminhando para o encerramento. Mas ainda estão inscritos o deputado Pastor Sargento Isidório, o secretário Eduardo Salles, o deputado Capitão Tadeu, a deputada Ivana Bastos e a Sr^a Carmen Silva Moreira, representando as creches de Salvador. Ao final, passaremos a palavra ao relator geral do Orçamento, que a partir da leitura fará o encerramento.

O Sr. PRESIDENTE (Walter Pinheiro):- Com a palavra o deputado Pastor Sargento Isidório.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:-Sr. Presidente desta Mesa, Exm^o Senador Walter Pinheiro, na sua pessoa quero saudar as demais autoridades presentes; Sr^a Senadora Lídice da Mata, em nome de quem quero saudar as demais mulheres que estão aqui neste momento.

Gostaria de mencionar a palavra de Deus, Ele que é eterno, santo e soberano, diferente de nós, que às vezes o corpo é achado para enterrar quando explode no avião. Soberano e eterno é Ele, e nenhum de nós aqui pode ficar sem a bênção do Deus Pai Todo-Poderoso, até porque tenho convicção de que nada do que for tratado aqui, nem por presidente da República, governador, prefeito ou algum deputado, vai a lugar nenhum se não for com a permissão divina. No Salmo 133 está escrito: *“Oh! Quão bom e quão suave é que os irmãos vivam em união.”* E é em nome dessa união que, como deputado estadual pelo PSB, gostaria de dizer que este plano federal de Orçamento não pode deixar de prever também recursos na área das drogas. Explicarei por quê.

Sobre as cidades, as infraestruturas, já bem falaram aqui todas as excelentes autoridades que nos visitam de Brasília. Todos sejam muito bem-vindos, como os

pré-candidatos a prefeito da nossa cidade João Leão, e o nosso querido lutador Pelegrino, que tem a história de Lula: luta, luta, até que chega! Então Lula lutou, lutou e chegou! Ele vai lutar, lutar e chegar também, a exemplo de todo mundo que persiste, como eu, que igualmente em minha cidade persistirei, até com a própria vida, se for necessário. Não cederei nunca, em lugar nenhum, a outro movimento.

Nós temos na Bahia e no Brasil a vitimação das drogas, principalmente do *crack*, que está fragilizando as nossas famílias. Temos aqui autoridades que se deram ao luxo de visitar a nossa instituição, honrando-nos com suas presenças no centro de recuperação do qual fazemos parte. Chegamos a ter lá 1.200 pessoas internadas. Hoje são 862. Então, senhores, neste momento em que se está direcionando verbas para o Orçamento, gostaria que fosse vista de maneira prática a necessidade de colocar recursos para os centros de recuperação, os centros terapêuticos, os CAPS e também as comunidades terapêuticas.

Eu quero dizer a todos que não adianta gerar emprego se a gente sabe que os homens e as mulheres que devem ir para os empregos estão sendo assassinados pelo *crack*. Gerar emprego é muito importante, mas manter as nossas famílias é muito mais importante. Portanto, levem para Brasília o nosso grito e a nossa necessidade de, na prática, colocarem recursos para socorrer as famílias que estão sendo destruídas pela droga, a culpada pela violência e a criminalidade aumentarem.

Deus abençoe a todos! Retornem em paz, debaixo da proteção do Deus Pai Todo-Poderoso. Em nome de Jesus, amém!

(Não foi revisto pelo orador.)

Ses. Esp. 27/09/11

Or. Eduardo Salles

Sessão especial da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

O Sr. PRESIDENTE (Walter Pinheiro):- Obrigado, Sargento Isidório.

Vou fazer a leitura dos que estão inscritos, e vamos encerrar as inscrições. Os inscritos são Eduardo Salles, Carmem Silva, Capitão Tadeu, Ivana Bastos, Marco Antônio Sampaio, João Militão, deputada Fátima Nunes, deputados Sidelvan e Cacá Leão, Rogério Fagundes e deputado Joseildo Ramos.

Com a palavra o secretário Eduardo Salles.

O Sr. EDUARDO SALLES:- Quero cumprimentar a todos na pessoa do senador Walter Pinheiro e aos deputados estaduais desta Casa, em nome do deputado Luiz Augusto. Quero somente colocar um assunto que acho prioritário, a agricultura. Criamos um programa chamado Secretaria da Agricultura Itinerante. Ela já rodou 23 microrregiões da Bahia. Existem demandas que se acumulam e são iguais em todas as regiões deste Estado. São duas as demandas que acho que se acumulam: uma delas é a das estradas vicinais. Em todas as microrregiões a que vamos nesta terra a queixa geral é a questão dessas estradas. Infelizmente, as prefeituras hoje não têm a condição orçamentária e financeira de tocá-las. Então, eu acho que esse documento deveria colocar e pensar bastante na questão das estradas vicinais, porque é um gargalo tanto para a produção da agricultura familiar, agricultura empresarial, para o escoamento dessas safras. E não adianta de nada nós produzirmos, termos altas produtividade, produzirmos de tudo, como o Estado da Bahia produz, e sem a condição de escoar a nossa produção através das estradas vicinais. Então, esse é o primeiro ponto.

O segundo ponto que também sobressai em todas as regiões é a questão da Portaria nº 304, que trata do abate clandestino. A Secretaria da Agricultura está lançando um programa estruturante para a cadeia da carne para o Estado da Bahia.

Nós temos hoje 30 frigoríficos em funcionamento no Estado e mais 22 em licitação ou em construção. Agora, para conseguir fechar essa rede de carne saudável, nós temos um projeto que vai ser lançado no dia 3, que é o projeto de estruturação da carne no Estado da Bahia. É o primeiro Estado que sai na frente com esse projeto. É um projeto de entrepostos modulares frigoríficos, um entreposto que é montado em 15 dias com paredes isotérmicas e que tem a possibilidade de armazenar as carcaças inteiras de 30, 50 ou 100 animais vindos no gancho para uma sala de desossa com inox e, depois, uma pequena câmara frigorífica para os miúdos. E, acoplado a isso, haverá um sistema de balcões frigoríficos financiados pelo Desembahia, Banco do Nordeste, Banco do Brasil para os açougueiros de toda a Bahia.

Acho que esses dois programas estruturantes... São reincidentes em todas as Secretarias de Agriculturas itinerantes tanto a questão da Portaria nº 304, referente ao abate clandestino, quanto a questão das estradas vicinais, que deveriam receber um reforço no orçamento. E eu teria inúmeras demandas na Secretaria de Agricultura. Mas acho que esses dois problemas são cruciais importantes para o desenvolvimento da agropecuária do Estado da Bahia.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

1905-I

Ses. Esp. 28/09/11

Or. Joseildo Ramos

Sessão especial da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

O Sr. PRESIDENTE (Vital do Rego):- Na sequência, falarão o deputado Joseildo Ramos e a deputada Ivana Bastos.

Com a palavra o deputado Joseildo Ramos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Pinheiro, cumprimento a V.Ex^a, senador, por estar presidindo esta sessão neste momento; companheiro e deputado vice-presidente da Câmara, deputado Arlindo Chinaglia, quero, na pessoa de Lídice, cumprimentar todas as mulheres aqui presentes, as deputadas, em especial nossas companheiras na Casa; o relator setorial Rui e também o Luiz Augusto, Presidente da Comissão de Finanças desta Casa.

Gostaria de reafirmar, senadora, a V.Ex^a, que, com muita propriedade, chamou a atenção para o fortalecimento e a interiorização das universidades federais com a expansão dos *campi*: Alagoínhas esteve firmemente no processo de luta como capital regional do território do Litoral Norte e Agreste Baiano quando da criação da Universidade Federal do Recôncavo. Aquela luta, o companheiro Pelegrino sabe dessa história, relaciona-se a uma reivindicação muito profunda daquele território, e V.Ex^a sabe muito bem disso.

Eu pediria o apoio dos dois senadores para esta causa. Não tenho dúvida de que ambos estiveram à frente dessas discussões na época. Também quero lembrar que o modal ferroviário como transporte de massa deve ser levado em conta principalmente no âmbito daquilo que já se convencionou chamar de região megametropolitana, integrando de Alagoínhas a Salvador, com o transporte ferroviário de passageiros. Então, é importante para a Bahia, um Estado com essas dimensões, ter nesse modal de transporte um trabalho dirigido ao transporte de pessoas.

Principalmente no que tange à inclusão produtiva, que é uma das diretrizes mais sólidas do primeiro governo da Dilma Rousseff, nossa presidente, temos aqui na região nordeste do Estado da Bahia a presença de muitos municípios cujos IDHs são os mais deprimidos que nós temos entre nós aqui, dos mais deprimidos, e como nós estamos em um tempo de muita perplexidade com o que está acontecendo com a economia internacional, eu vejo também que é um momento de oportunidade no trabalho de inclusão produtiva. Temos um dos maiores aquíferos do Brasil aqui no Nordeste, e que está exatamente nessa região, onde temos topografia adequada, adensamento populacional e IDH extremamente deprimido.

Portanto, a utilização produtiva do aquífero de São Sebastião, várias vezes já anunciada pelo governador Wagner, necessita de uma alavancagem de recursos e investimentos nessa direção, porque, com certeza absoluta, a agricultura familiar, a fruticultura tropical, com irrigação complementar, poderá fazer a diferença nessa região. Não tenho dúvida alguma disso.

Então, ficam, aqui, registradas as nossas demandas qualificadas, e espero que V.Ex^{as} as levem em conta.

(Não foi revisto pelo orador.)

1906-I

Ses. Esp. 27/09/11

Or. Ivana Bastos

Sessão especial da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

O Sr. PRESIDENTE (Vital do Rêgo):- Com a palavra a deputada Ivana Bastos.

A Sr^a IVANA BASTOS:- Bom-dia a todos. Quero cumprimentar o senador Walter Pinheiro e todos da Mesa, o deputado Luiz Augusto e todos os presentes.

É bom salientar que temos, na região de Guanambi, vários projetos. Enquanto lia o PPA, vi o Baixio de Irecê. E gostaria de solicitar, o que já fiz pessoalmente ao senador Walter Pinheiro, a Lídice da Mata e a vários deputados federais, a implantação da irrigação do Vale do Iuiu, que começaríamos na primeira etapa do Iuiu do Baixo Sul, que é equivalente a 10.230 hectares, sendo 7.756 hectares de área irrigável.

Acredito que esse projeto trará a redenção para a região, gerando emprego e renda, e que pode ser incluído, talvez, no plano de erradicação da miséria da presidenta Dilma, que é um projeto que vem da Codevasf, que já está incluído no PPA.

Gostaria também de pegar uma carona na solicitação do deputado Waldenor Pereira, da Universidade Federal do Sudoeste, para a instalação de *campus* em Guanambi, Brumado e Caetité, a terra de Anísio Teixeira, a terra da cultura. Portanto, essa universidade precisa ter *campus* nesses três municípios.

Na última sexta-feira, realizamos um seminário sobre ferrovias no Brasil inteiro, quando o senador Walter Pinheiro falou sobre os portos secos, que era preciso discuti-los porque são as centrais de logística. Também há um pedido nosso nas mãos do senador, na Valec e no Ministério dos Transportes. Farei uma visita amanhã ao ministro, às 16 horas, a fim de levar a reivindicação de um porto seco na região de Guanambi.

A região de Guanambi é de pecuária, de agricultura. Tenho certeza que Caetité, que fica, mais ou menos, a 40 e poucos quilômetros de Guanambi, terá esse porto seco, mas Caetité estará ligada mais à Bamin, à mineração.

Então, ficam essas três solicitações, quais são: em primeiro lugar, a irrigação do Vale do Iuiu, que pega uma região inteira. Desde criança é um sonho, não é mesmo, Luiza? Ouvimos falar em irrigação do Vale do Iuiu e, hoje, temos a oportunidade de sermos políticos e poder representar aquela região.

Fica o pedido para os três *campus* da nossa universidade e de um porto seco em Guanambi.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pelo oradora.)

1907-I

Ses. Esp. 27/09/11

Or. Fátima Nunes

Sessão especial da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

O Sr. PRESIDENTE (Vital do Rêgo):- Com a palavra a deputada Fátima Nunes.

A Sr^a FÁTIMA NUNES:- Bom-dia a todos e a todas. Quero saudar todas as autoridades, deputados, senadores, secretário Zezéu.

Tenho certeza do compromisso com as tantas propostas que estão sendo colocadas aqui, com as quais concordo e reitero as palavras daqueles que já me antecederam.

Quero apenas complementar dizendo que na política de água aqui, na Bahia, podemos afirmar que já se avançou bastante, tanto com o programa de 1 milhão de cisternas, que antes eram feitas por caridade de amigos internacionais e de algumas igrejas e virou uma política pública, como também com a água na torneira, com o aproveitamento da Bacia de Tucano e de outras bacias.

Mas quero tratar também, e que seja incluído nesse Plano Plurianual, a preocupação com melhor aproveitamento da água da chuva. Porque todos nós sabemos que no Semiárido baiano, por muitas vezes, na época das trovoadas quanta água cai nos baixões, nos córregos, nos pequenos riachos e desemboca toda no Oceano Atlântico, e vai para os rios.

Com isso, eu queria reiterar que fosse possível resgatarmos também o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, porque lá, empilhado nas suas gavetas, há estudos preciosos que dizem exatamente o que é possível fazer.

Então, essa política de água do subsolo é importante, da cisterna é importante, mas o complemento com o aproveitamento maior da coleta das águas através das barragens, eu gostaria que fosse pensada e colocada como prioridade para o Semiárido. Por quê? Eu acredito que estamos certos quando queremos, e a presidente Dilma coloca isso como prioridade, desenvolver o Brasil para não termos

mais pobreza. E para mim isso é necessário a partir de duas coisas importantes: a produção dos alimentos e a produção do conhecimento. Portanto, para produzirmos alimentos precisamos da terra, mas, precisamos da água também. Então, reforma agrária já, e muita água para o nosso povo!.

Agora, não vamos esquecer da universidade do sertão, o nosso coração entre Serrinha até Paulo Afonso é um vazio. No concurso que foi feito recentemente pelo Estado as escolas ficaram sem oportunidade de ter professores porque não passaram nos concursos. E vimos, na apresentação feita pelo nosso secretário, que onde tem a universidade foi possível preencher. Então, é importante pensarmos nessa universidade para esse coração do sertão.

Por último, eu queria só completar que é preciso ter estradas, tanto as vicinais como aquelas que interligam os municípios, e uma prioridade para o nosso sertão de Juazeiro, Pedro Alexandre, ligando com Sergipe, a BR-235, também muito falada, muito assinada em projetos e que ainda continua na terraplenagem, quase impossível de ser atravessada nesses dias.

Muito obrigada. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

Ses. Esp. 27/09/11

Or. Carmen Silva

Sessão especial da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

O Sr. PRESIDENTE (Vital do Rego):- Com a palavra a Sr^a Carmen Silva, na sequência o deputado Cacá; depois os deputados Sidelvan, Capitão Tadeu. E aí não teremos mais representantes das diversas entidades e encerraremos.

A Sr^a CARMEN SILVA:- Muito boa-tarde a todos. É um prazer imenso estar aqui. Venho falar sobre a base da educação do nosso País. Venho falar sobre as creches e a situação que estão passando as crianças das creches, tanto do município de Salvador como, acredito, também na Bahia.

Venho solicitar que tenha um orçamento destinado a essa base, à creche, à criança que passa 8 horas com os gestores e com uma equipe de professores e que a gente vê que eles não têm recursos necessários para o desenvolvimento pleno dessa criança de zero a cinco anos.

Não é mais admissível que as gestoras que estão à frente dessas unidades de ensino tenham que sair de cuia na mão pedindo comida porque falta alimentação para essas crianças. Não é mais possível que os professores tenham que tirar do seu orçamento dinheiro para comprar material didático para essas crianças. Não é possível que nos CMEI – que são os centros municipais de educação infantil - não tenha telefone, porque diariamente as crianças têm febre, nós temos que ligar para os pais, diariamente elas esquecem essas crianças, fora todos os telefones que temos que dar.

Então, é muito difícil você ver que, por exemplo, no CMEI que dirijo são somente 135 crianças em turno integral. Tenho uma fila enorme de mães chorando por uma vaga. Mas não tenho como atendê-las, mesmo existindo um terreno ao lado, que é da União Boca do Rio, porque a obra está embargado. Pergunto sempre o porquê, já que esse terreno foi cedido pelo Estado. Meu Deus, poderíamos atender mil crianças lá! E só temos essa unidade naquele bairro.

Peço encarecidamente que o governo federal olhe com mais carinho para a base, para as creches de Salvador e da Bahia.

Muito obrigada. (Palmas)

(Não foi revisto pela oradora.)

Ses. Esp. 27/09/11

Or. Cacá Leão

Sessão especial da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

O Sr. PRESIDENTE (Walter Pinheiro):- Com a palavra o deputado Cacá Leão. Na sequência, o deputado Sidelvan.

O Sr. CACÁ LEÃO:- Meu querido relator do Plano Plurianual, senador Walter Pinheiro, que brilhantemente preside esta sessão especial; senadora Lídice da Mata; deputados federais Rui Costa, Zezéu Ribeiro e Nelson Pelegrino; querido senador Acir; deputado Luiz Augusto... Nem vou citar outros nomes para não perder tempo, já que o nosso tempo é curto.

Meu senador Walter Pinheiro, gostaria de dizer a V.Ex^a que há uma carreta de pedidos estacionada na rampa da Assembleia. O motorista está ali esperando para acompanhá-lo até o seu gabinete. Mas queria aproveitar esta oportunidade para tocar em alguns pontos importantes.

Muitos temas já foram falados aqui, como a revitalização do Rio São Francisco, que precisa ser lembrado no Plano Plurianual; as universidades federais, que devem ter ampliados os seus recursos – a senadora Lídice da Mata, brilhantemente, falou sobre isso –, principalmente a Universidade Federal do Oeste da Bahia, para podermos levar um *campus* para Santa Maria da Vitória, região da Bacia do Rio Corrente.

Queria também pedir, em nome dos portadores de deficiência, que se inclua no Plano Plurianual e na LDO a ampliação de recursos para que se busque a inserção dessas pessoas; queremos transformar isso numa bandeira, senador Pinheiro. Tenho certeza absoluta da sua sensibilidade para contemplarmos essa reivindicação.

E também são necessários mais recursos para o transporte da cidade do Salvador. Devemos parar de discutir se é metrô, se VLT, BRT ou outro meio qualquer. Temos de tratar desse assunto como um todo. Precisamos levar, querido Nelson

Pelegrino, o metrô desta capital até a minha querida cidade, a tão falada Lauro de Freitas.

Por último, trago um mapa da Bahia para sensibilizar o meu querido senador Acir e o meu presidente Arlindo Chinaglia. Observem o tamanho do nosso Estado e constatem a real necessidade de cuidarmos das nossas estradas vicinais. Quatrocentos e cinquenta milhões de reais, meu senador, é muito pouco para um Estado deste tamanho, de dimensões continentais. Precisamos tratar dessa questão. Peço que V.Ex^{as} olhem com carinho para as estradas vicinais da nossa Bahia, porque elas trarão melhorias e mais progresso para todo o Estado.

Para finalizar, tenho aqui, meu senador Walter Pinheiro, uma indicação a V.Ex^a no sentido de que inclua também a nossa tão sonhada ponte sobre a BA-160, que liga a cidade de Xique-Xique ao município da Barra. Esse pleito, se atendido, levará muito desenvolvimento para toda a região Oeste da Bahia.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

1910-I

Ses. Esp. 27/09/11

Or. Capitão Tadeu

Sessão especial da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

O Sr. PRESIDENTE (Walter Pinheiro):- Com a palavra o deputado Sidelvan Nóbrega. (Pausa) Com a palavra o deputado Capitão Tadeu. Depois, na sequência, o Sr. Marco Antônio, conselheiro estadual de saúde.

O Sr. CAPITÃO TADEU:- Exmº Sr. Senador Walter Pinheiro, na sua pessoa saúdo todos os presentes à Mesa; minha senadora Lídice da Mata, nossa orgulhosa representante do PSB; todos os demais presentes. O tempo é curto, não vou me alongar muito. Não vou falar de educação nem de transporte, já que esses temas foram muito bem abordados. Mas gostaria de fazer uma referência à nossa Constituição Federal. Está aí o nosso deputado Arlindo, e a Constituição estabelece que a segurança pública é dever do Estado e responsabilidade de todos. Quando a Constituição estabelece que a segurança pública é dever do Estado, não está se referindo ao governo estadual, mas sim ao poder público, ao Estado como um todo no Brasil. Tanto que no Capítulo referente à segurança pública temos os órgãos, as Polícias Militar e Civil, mas também a Polícia Federal, que é do governo da União, e os guardas municipais, que são dos governos municipais.

Portanto, a União tem, sim, responsabilidade - e muito grande - na segurança pública. Observamos que o Orçamento do governo federal não contempla a segurança pública na mesma proporção da sua responsabilidade no que tange à proteção do cidadão. Hoje, a segurança pública é um dos maiores problemas que afligem a sociedade brasileira.

Então fica aqui esse requerimento para que o Orçamento do governo federal contemple melhor a segurança pública, a Secretaria Nacional de Segurança Pública e principalmente, Srs. Senadores e Deputados aqui presentes, a questão da PEC 300, que tem sido um fato a inquietar as Polícias Cíveis e Militares do Brasil inteiro. Elas estão inquietas no tocante à questão salarial, e essa PEC poderá - se

houver a boa vontade do governo federal - contemplar uma melhoria substancial na qualidade da segurança pública no País.

Obrigado a todos. Esperamos que nossos pleitos sejam atendidos. (Palmas!)

(Não foi revisto pelo orador.)

Ses. Esp. 27/09/11

Or. Marco Antônio

Sessão especial da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

O Sr. PRESIDENTE (Walter Pinheiro):- Com a palavra Marco Antônio, membro do Conselho Estadual de Saúde. Na sequência, falará o Sr. Rogério Fagundes.

O Sr. MARCO ANTÔNIO:- Bom-dia a todos! Cumprimento a Mesa na pessoa do senador Walter Pinheiro e também na figura do futuro prefeito de Salvador, Nelson Pelegrino, que esperamos venha a salvar a cidade dessa crise constante. Também quebrando o protocolo, quero registrar a presença do atuante vereador soteropolitano Gilmar Santiago.

Inscribi-me justamente por duas coisas básicas. Acho que não podemos sair dessa audiência, já que da última que houve em Salvador participei e o senador Walter Pinheiro foi uma das pessoas provocada a trazer essa audiência... Estávamos discutindo o Orçamento Participativo nesta cidade, onde juntaram diversos distritos e escolheram 74 obras numa dinâmica em que depois se descobriu que a gestão do prefeito atual não teve condições de cumprir com aquilo que foi escolhido dentro das prioridades da população.

E, na tentativa de alocar essas prioridades no Orçamento nacional, foi feita uma audiência na Câmara para discutir isso. Queremos aqui também solicitar que se colocasse dentro do Orçamento a previsão da garantia da instalação do Orçamento Participativo em todo o território nacional. Precisamos ampliar os espaços de participação da sociedade. Ela precisa vir para esse debate, que é feito igualmente com a informação da sociedade. Precisamos alocar os recursos para esse espaço.

Há outra coisa. Já está me olhando ali ele que é presidente da Associação de Agentes de Combates a Endemias e também representa os agentes comunitários. É o piso nacional para eles. E aí ele pede já para o senador Walter Pinheiro que olhe com carinho. E ao Rui Costa, que também está discutindo essa parte da saúde, que

também olhe com carinho essa proposta para que se crie a emenda ao Orçamento para que, de fato, os agentes contem com ela.

A Rui igualmente quero deixar aqui o comprometimento -para encerrar, com a tolerância do presidente - de que precisamos neste País começar a fazer uma inversão nos investimentos da saúde. Vemos que a maioria das doenças está matando no território nacional. E na Bahia não é diferente, pois elas poderiam ter sido evitadas se a atenção básica funcionasse de fato e tivesse um investimento maior.

Sabemos que este é um investimento na alta complexidade é caro, mas a gente precisa reforçar a atenção básica, a gente não está aqui querendo só trocar o nome das pessoas que irão para a fila para o atendimento de média e de alta complexidade. A gente precisa pensar uma sociedade com saúde, e não uma sociedade doente. A gente tem de pensar no fortalecimento de uma rede própria. A maioria dos recursos alocados para alta e média complexidade a gente entrega nas mãos dos agentes filantrópicos ou do setor privado. E a atenção básica que está nas mãos do Município muitas vezes está lá sucateada, e contribuindo para que tenhamos uma cidade, um País doente para vender aos setores privados. Eu queria falar do carinho e da saúde com a população negra. A gente precisa reparar isso.

Senador Walter Pinheiro, eu queria fazer um pedido particular, já que o senhor é um dos relatores: faça uma emenda para salvar o Elevador Lacerda, porque a Prefeitura já anunciou que está indefinido se vai ou não privatizar. E o vereador Gilmar Santiago vai até discutir esse assunto numa audiência na Câmara, mas a gente precisa olhar o Elevador Lacerda não como um elevador simples de uma cidade, pois a gente vê que a população internacional vem para aqui ver o Elevador Lacerda e o utiliza, e a gente não pode correr risco de morte ao subir ou descer daquele patrimônio.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

Ses. Esp. 27/09/11

Or. Rogério Fagundes

Sessão especial da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

O Sr. PRESIDENTE (Walter Pinheiro):- Com a palavra Rogério Fagundes.

O Sr. ROGÉRIO FAGUNDES:- Boa tarde a todos e a todas, uma saudação especial ao senador Walter Pinheiro em nome do qual saúdo a todos os componentes da Mesa. Muito se falou de infraestrutura, de novas universidades, de estradas, mas é muito importante entender que o Estado age pelos seus servidores públicos, e pouco aqui se fala nisso.

E eu gostaria de corroborar com as palavras do Capitão Tadeu em relação à PEC 300 e do companheiro que me antecedeu, em relação aos agentes de saúde e também fazer a defesa dos projetos que estão no Congresso Nacional e na Câmara dos Deputados de aumento dos servidores do Poder Judiciário federal e Ministério Público da União. Está tramitando desde 2009, e houve um compromisso estabelecido com o então presidente Lula de que haveria um acordo após as eleições, estávamos na Bahia em greve, foram 73 dias, suspendemos a greve em razão desse acordo. Foi eleita a presidente Dilma e até o presente momento o acordo não foi cumprido.

Quero falar diretamente com os parlamentares Rui Costa, Zezéu Ribeiro, Walter Pinheiro e Nelson Pelegrino, aqui presentes e que têm um compromisso com o Judiciário, que possam, deputado Rui Costa, coordenador da subcomissão da CSP, onde estão os projetos do Ministério Público e do Judiciário, efetivamente garantir a aprovação desses projetos. O Judiciário arrecada 30 bilhões por ano para a União, fora os depósitos judiciais, então existe, sim, possibilidade financeira do aumento através da reestimativa de receita, através do contingenciamento, que todo ano tem, e fazer um acordo e garantir... Nós estamos aqui na Bahia, parlamentares, deputado Chinaglia, a 120 dias em greve, prejudicando a classe trabalhadora na Justiça do Trabalho, porque o governo federal – agora nas mãos do Congresso Nacional – não

chega a um acordo para que os servidores do Poder Judiciário possam ser contemplados com um aumento. Estamos sem aumento desde 2006. O deputado Walter Pinheiro foi um grande interlocutor em 2006, e precisamos novamente da força desses parlamentares baianos no Congresso Nacional, na CMO e na CSP para acabar com esse imbróglio e garantir o reajuste para esses trabalhadores. Sem Justiça nós não poderemos conseguir, inclusive, combater a corrupção que tanto sangra os cofres do Brasil.

Muito Obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

1913-I

Ses. Esp. 27/09/11

Or. Maria del Carmem

Sessão especial da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

O Sr. PRESIDENTE (Walter Pinheiro):- Com a palavra a deputada Maria Del Carmem e, na sequência, falarão, pela ordem, os Srs. João Militão da prefeitura de Santo Amaro e o deputado Sidelvan.

A Sr^a MARIA DEL CARMEM:- Gostaria de saudar o senador Valter Pinheiro que preside esta sessão; saudar a nossa senadora, primeira mulher senadora da Bahia, Lídice da Mata, minha amiga querida; saudar o deputado Nelson Pellegrino, coordenador da Bancada da Bahia, em nome dele saudar todos os demais, o nosso relator Arlindo Chinaglia e todos os demais deputados e deputadas que estão nesta manhã aqui na Assembleia Legislativa e todos que nos assistem pela TV da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

Dei uma rápida observada no que está aqui, deputado Arlindo. E verifico que algumas ações a gente ratifica aquilo que os deputados já apresentaram, como é o caso que a deputada Fátima Nunes coloca aqui de uma extensão da Universidade do Recôncavo para fazer frente à região do semiárido da Bahia mais forte, da região do sertão mesmo, na região de Serrinha, Queimadas, enfim, toda aquela região que já luta e que já está(...), inclusive já foi à Brasília ao Ministro da Educação levando esse pleito, de pelo menos levar a extensão da Universidade do Recôncavo para essa região, que como disse a deputada, nada existe do ponto de vista da educação superior.

Mas observava também, por exemplo, a questão da duplicação da BR-101 que não está aqui contemplada e que já foi feita ao Sul e ao Norte da Bahia e dentro do Estado da Bahia com estrada, na região do Extremo-sul, inclusive, com transporte de cargas em função do reflorestamento e das diversas indústrias e agora da expansão, inclusive, do polo de celulose, o risco e a quantidade de acidentes que acontecem nessas áreas.

E, portanto, há a necessidade da duplicação dessa BR tão importante para o escoamento da produção da Bahia, já que nós ainda não temos ferrovia, agora que se inicia o processo da implantação da Ferrovia Oeste-Leste, então, isso é imprescindível.

Observava também, relator, que não tem nenhum recurso – pelo menos eu não vi nenhuma rubrica – onde a questão dos resíduos sólidos fosse aqui atendida. Em nenhuma das áreas, se fala do resíduo sólido. E esse, inclusive agora com a lei que foi aprovada pelo Congresso Nacional, que estabelece novas orientações, novas diretrizes, aqui também não está contemplado nenhum recurso para atendimento a essa área.

Ainda também sobre a questão da habitação, em especial da habitação de interesse social e habitação para a área rural, a não existência de uma rubrica específica para habitação de interesse social para os municípios abaixo de 50 mil habitantes.

Está aqui contemplado recurso para habitação para os municípios acima de 50 mil, mas não estão contemplados, secretário Zezéu Ribeiro, V.Ex^a que é dessa área, secretário dessa pasta, que tenho uma relação tão próxima, pelo menos numa primeira análise muito rápida, não vimos aqui recursos para habitação de interesse social para as cidades abaixo de 50 mil habitantes, com um problema inclusive, algumas áreas, do próprio modelo de desenvolvimento e do crescimento que acontecerá, como ao longo da Fiol, os problemas que nós teremos se não colocarmos recursos para implantação de unidades nessas áreas, como inclusive na Região do Extremo Sul com ampliação da celulose e da questão da cana de açúcar para produção de álcool, da produção de biodiesel naquela região.

Portanto, eram essas as observações que queria colocar, dizendo e esperando que a Bahia possa ser contemplada com recursos para essas áreas.

(Não foi revisto pela oradora.)

1914-I

Ses. Esp. 27/09/11

Or. João Militão

Sessão especial da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

O Sr. PRESIDENTE (Walter Pinheiro):- Com a palavra o Sr. João Militão, depois, o deputado Sidelvan e, por último, Flávio Bastos, para encerrar a audiência.

O Sr. JOÃO MILITÃO:- Quero cumprimentar a mesa na pessoa do nosso querido senador Valter Pinheiro e, em especial, o deputado Arlindo Chinaglia, deputado do PT, companheiro do PT, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas e também a todos aqui presentes, nós já estamos finalizando a nossa sessão, estamos resistindo aí. Mas, eu não poderia deixar, deputado Arlindo Chinaglia, de apresentar aqui o clamor da minha cidade, que é Santo Amaro da Purificação, uma cidade de 60 mil habitantes, que fica a 70 quilômetros de Salvador, e também do Recôncavo baiano.

Na semana passada, na sexta-feira, ocorreu, aqui em Salvador, o seminário regional sobre o transporte ferroviário, inclusive estavam lá o nobre senador Walter Pinheiro, a senadora Lídice da Mata, o deputado Zezéu Ribeiro, Rui Costa, todos os deputados praticamente envolvidos nessa luta, debatendo uma Frente Parlamentar em defesa das ferrovias.

Ouvi aqui, atentamente, algumas falas defendendo a questão do Sistema Ferroviário de Pessoas, e quero aqui defender que a Comissão Mista apoie a iniciativa da Carta de Salvador, que foi o resultado do debate que nós realizamos, semana passada, aqui em Salvador, um debate muito importante, contanto, inclusive, com a participação do governador da Bahia, Jaques Wagner, e do ministro dos Transportes, um debate muito importante para a gente revitalizar. E quero aqui complementar que esse Transporte Ferroviário de Pessoas, principalmente na região do Recôncavo, será de vital importância para a gente revitalizar esse meio de transporte tão importante, social e economicamente, para o desenvolvimento da nossa região, e que foi completamente abandonado ao longo desse tempo.

A segunda questão, deputada, é a questão do campus da UFRB. Ouvi aqui também atentamente vários parlamentares e pessoas defendendo a expansão das universidades para a sua região. Nada mais justo do que isso. Agora, por uma questão de justiça mesmo, quero defender aqui o campus da UFRB em Santo Amaro. Esse campus está previsto no projeto de lei que criou a Universidade Federal do Recôncavo, em 2006, mas não sei por que razão Santo Amaro até hoje não tem o seu campus da UFRB. Está instalado em Cruz das Almas, Santo Antônio de Jesus, Amargosa, Cachoeira e nós precisamos instalar o nosso campus da UFRB, porque é um clamor da cidade, da região, e por que é a primeira manifestação em defesa da universidade pública ocorreu exatamente em Santo Amaro, em 14 de junho de 1822, na ata do primeiro levante do Brasil e da Bahia contra o domínio do Império. Então, está lá consignado nessa ata, deputado Arlindo Chinaglia, a primeira manifestação em defesa da universidade pública do país. Então, nada mais justo que a gente possa ter a nossa universidade federal, lá em nossa cidade.

Por fim, senador Walter Pinheiro, quero também, aqui, apresentar o problema de Santo Amaro, que é a cidade, como V.Ex^a bem sabe, a senadora Lídice, o senador Rui Costa sabem quem Santo Amaro é a cidade mais contaminada de chumbo do planeta. Lá se instalou na década de 50, uma fábrica, que está fechada já a algum tempo, mas deixou um rastro que fulminou, está matando as pessoas, os santoamarenses, contaminados pelo chumbo, pelo cádmio e demais materiais pesados na nossa cidade.

O nosso Rio Subaé está contaminado, as pessoas, as edificações da nossa cidade, enfim, Santo Amaro está se acabando e nós precisamos ter o apoio da Comissão Mista, para que apoie as ações de despoluição da nossa cidade, restaurando e atendendo esse passivo social deixado por esse rastro nefasto da Indústria Plumbum Mineração e Metalúrgica Ltda, uma indústria francesa que se instalou em nossa cidade, que matou os nossos mariscos, está matando o nosso peixe e danificando a nossa cidade, a nossa região. Portanto, quero aqui pedir também apoio da Comissão em relação a isso.

Não tenho aqui uma carreta de pedidos, como o nosso deputado colocou, são apenas três pedidos senador Pinheiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente, obrigado a todos. (Palmas).

(Não foi revisto pelo orador.)

1915-I

Ses. Esp. 27/9/11

Or. Sidelvan Nóbrega

Sessão especial da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

O Sr. PRESIDENTE (Valter Pinheiro):- Com a palavra o deputado Sidelvan Nóbrega.

O Sr. SIDELVAN NÓBREGA:- Senhoras e Senhores, boa-tarde a todos. Quero saudar o presidente desta discussão, deputado Valter Pinheiro, o qual tive o prazer de trabalhar na sua eleição, da senadora Lídice, também, secretário Zezéu, deputado federal Arlindo Chinaglia.

Mas, eu queria, Sr. Presidente, Srs. Deputados, comunidades presentes, reforçar o pedido do deputado federal e hoje secretário, sobre o Pelourinho, Baixa dos Sapateiros. Quando fui vereador, juntamente com o deputado federal Rui Costa, o deputado sabe do projeto que tem para a nossa cidade de Salvador, a recuperação de toda aquela área e, infelizmente, o governo do Estado e o governo municipal não dispõem desse dinheiro para aplicar nessa recuperação.

Então, queria pedir ao nobre senador e ao deputado federal Arlindo Chinaglia para pensarem em Salvador como uma cidade turística, uma cidade que deve atrair muito turista. Isso vai gerar emprego para nossa cidade, para nosso Estado. Outra coisa que me chamou atenção, no Orçamento, foi o projeto Luz para Todos. Não vejo nenhuma indicação de valor específico para isso.

Eu estive em Santa Brígida, Pedro Alexandre, no final de semana e a gente vê muitas comunidades ainda necessitando deste projeto Luz para Todos. Outra coisa, senador Pinheiro, a questão das estradas vicinais. Só têm 450 milhões. Nós temos várias BAs ainda na Bahia e o povo sem poder transportar alimento, leite, a produção, porque falta, exatamente, asfalto.

Então, queria pontuar essas três coisas para que V.Ex^a pudesse colocar isso e defender a nossa Bahia com relação a esse Orçamento.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

1916-I

Ses. Esp. 27/09/11

Or. Flávio Bastos

Sessão especial da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

O Sr. PRESIDENTE (Valter Pinheiro):- Com a palavra o deputado Flávio Bastos, secretário do Planejamento da prefeitura de Irecê. Último orador inscrito. Logo em seguida, vamos fechar aqui, até porque temos ainda sessão de votação, agora à tarde, no senado, tanto eu como Lídice, e na Câmara para Arlindo e demais deputados da Bahia. Vamos ver se chegamos lá em condições de chegar para a votação.

O Sr. FLÁVIO BASTOS:- Boa-tarde, senhoras e senhores, saudar o senador Walter Pinheiro, senadora Lídice, deputado Arlindo Chinaglia, deputado Rui Costa, nosso secretário Zezéu Ribeiro que estava presente, quero fazer algumas proposições de inclusão no PPA e na LOA 212. A primeira questão é sobre a hidrovia do São Francisco. Nada consta na LOA 212 e no PPA, referente a hidrovia do São Francisco, uma obra importante dentro do projeto de revitalização do rio São Francisco.

Então, quero chamar a atenção para essa questão. Uma outra questão é que já está alocado recurso para a continuidade da implantação do projeto de irrigação do Baixio Irecê e de Mirorós. Quero fazer a proposição da construção de um ramal integrando o território de Irecê a ferrovia Oeste-Leste, saindo de Xique-Xique, passando pela Chamada Diamantina, e integrando a ferrovia Oeste-Leste, trazendo toda a produção que sairá do projeto Baixio do Irecê do projeto de Irrigação de Mirorós, e toda produção da região e também para transporte de passageiros.

Então, faz esse ramal, integrando o território de Irecê à ferrovia Oeste-Leste. Outra coisa que quero chamar a atenção, é com relação a Universidade Federal do Vale do Rio São Francisco, da Univasf. Na lista aqui na Bahia não tem nada constando sobre a Univasf. Quero chamar a atenção com relação a isso. Ela está no

estado de Pernambuco, mas na Bahia não tem nada referente à Universidade Federal do Vale do São Francisco.

Inclusive, a gente propõe a criação de um *campus* da Universidade Federal do São Francisco, no território de Irecê.

A outra questão é com relação à implantação de uma unidade da Embrapa no Semiárido, no Território de Irecê. Portanto, sobre a questão do Projeto Estratégico para o Desenvolvimento do Semiárido, temos a implantação de uma unidade da Embrapa no Semiárido, que hoje se encontra em Pernambuco.

Outra questão é com relação à ampliação do Aeroporto Regional de Irecê. Por último, o projeto de perenização do Rio Verde e do Rio Jacaré, citado aqui, inclusive, pelo secretário Zezéu Ribeiro. São essas as proposições referentes à proposta regionalizada para o Território de Irecê.

Aproveito a oportunidade para trazer um abraço do nosso prefeito, Zé das Virgens, presidente da União dos Prefeitos da Região de Irecê.

(Não foi revisto pelo orador.)

Ses. Esp. 27/09/11

O Sr. PRESIDENTE (Vital do Rego): - Obrigado. Estamos encerrando. Vou passar a palavra ao relator Arlindo Chinaglia. Aproveito para dizer duas coisas que foram levantadas e que é importante esclarecer. Quero pedir desculpas às pessoas por essa nossa agonia, mas é que agora, às 14h30min, teremos a oportunidade, talvez, de fechar uma das grandes propostas que estamos discutindo e que interessa sobremaneira à Bahia. Talvez saia agora à tarde o acordo sobre a questão da distribuição dos *royalties*. Estamos discutindo Orçamento aqui e sem isso vamos perder muito. Tanto eu quanto o senador Acir participamos da comissão que discute essa questão. A presidenta Dilma convocou uma reunião agora via Ministério da Fazenda para as 14h30min. Não vamos nem conseguir chegar lá às 14h30min, mas vamos chegar ainda a tempo de pegar a reunião para arrematarmos essa questão, que é muito importante para a Bahia.

Com relação ao Luz para Todos, deputado Sidelvan, a preocupação é importante, mas, se não me falha a memória, fechamos há 15 dias com o Ministério de Minas e Energia mais de 150 mil ligações para a Bahia do Luz para Todos.

Com relação às estradas estaduais, as reivindicações, às vezes, se confundem com as vicinais, Arlindo. Os deputados e senadores não podem aportar recursos para estradas estaduais. O que fizemos na LDO este ano foi alterar um dispositivo, permitindo que as estradas estaduais que porventura sirvam como elo de ligação, escoamento de polos de logística, de estruturas modais, de portos, aeroportos e ferrovias, recebam recursos da União, até porque é incongruente você construir uma estrada estadual que interliga pontos de distribuição da ferrovia e não poder usar o recurso. Então, portos, aeroportos, ferrovias e estruturas de logísticas, essas estradas estaduais, se são corredores de escoamento ou corredores de interligação, poderão receber recursos do Orçamento da União.

1917-I

Ses. Esp. 27/09/11

Or. Arlindo Chinaglia

Sessão especial da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

O Sr. PRESIDENTE (Vital do Rego):- Com a palavra o deputado Arlindo Chinaglia.

O Sr. ARLINDO CHINAGLIA:- De forma breve, vou ver se em 2 minutos no máximo faço uso da palavra. Queria esclarecer outro ponto, o senador Walter Pinheiro já o fez e diz respeito às limitações legais. Ele nos deu um exemplo correto das estradas vicinais, em que não podemos aportar recurso federal a não ser nas exceções que já estão também previstas.

Saio com a percepção de que este debate deveria continuar, até porque há um esforço dos deputados, dos representantes dos movimentos, enfim, de todo o mundo, de procurar, levando a sério a audiência, apontar e buscar orientar o nosso trabalho no sentido de fazer o melhor Orçamento.

Portanto, em nome de todos, só temos a agradecer. Vou repetir algo que já disse: as reivindicações são justas. Caberá a nós coletivamente lá no Congresso Nacional pegar aquilo que é justo e tentar colocar o máximo dentro do Orçamento. Esse é o desafio. O deputado João Leal, no seu estilo inconfundível e com a sua experiência, olhou e falou: “Esse Orçamento está pequeno demais. Vamos virar a mesa?”

Vejam, ele tem razão no diagnóstico: o virar a mesa é um desafio. Por quê? É o orçamento do *superavit* primário, ou seja, é o orçamento que vai buscar, digamos, fazer um caixa, preparando o Brasil para uma crise que não queremos que venha, mas, se vier, é preciso dispor de recursos para fazer investimentos e poder atrair investimentos internacionais. É toda uma lógica que nem sempre o cidadão comum tem tempo de acompanhar. Agora, nós, quando vamos deliberar, temos que pegar todas as variáveis.

Quando eu afirmei que, em minha opinião, o emprego é mais importante, é claro que não desconsidero, visto que sou da Saúde, sou médico de formação, todas as outras abordagens, especialmente aquelas que tocam diretamente ao ser humano. E o deputado Sargento Isidório deu até o exemplo daqueles que precisam ser recuperados do vício da droga. Ele tem toda a razão. Entretanto, nas famílias desestruturadas porque não há emprego, não há fonte de renda, a chance das pessoas buscarem a fuga na droga, lamentavelmente, aumenta. Mas isso é para demonstrar que...

O Militão, se não me engano esse é o seu nome, ensinou-nos que em Santo Amaro houve a primeira manifestação por universidade pública no País ainda no século XIX, 1822, mostrando, de outra parte, o nível que essa audiência atingiu. Eu até sorri quando ele argumentava, e falava assim: “É uma questão de justiça”. Quero confessar que pensei: “Bom, esse é o argumento que todo mundo usa.” Só que ele inovou quando falou da primeira manifestação. Ele se referiu então, além do desenvolvimento regional, a um elemento novo. Quero cumprimentá-lo pela perspicácia.

Mas, ao fazer a referência, quero dizer o seguinte: quando eu digo, todos nós sabemos, que vai chegar o momento de decisão é porque no Brasil inteiro vamos ter, legitimamente, as representações reivindicando mais dinheiro. Vai ser isso. Então, temos que atender de forma equilibrada às regiões, pensando o Brasil.

Por exemplo: se a política econômica for bem, isso vai gerar emprego, dar condições de reajuste salarial. Por exemplo: o salário mínimo vai ter um aumento acima da inflação, digamos, de 7,7%. Então, o aumento nominal vai passar de 13%, o que é uma conquista, porque, felizmente, nos últimos anos, o Brasil tem diminuído a concentração de renda.

Não pretendo entrar em detalhes, sei que a leitura corrida é insuficiente. E vou dar um exemplo: foi mencionada aqui a questão dos resíduos sólidos. Há uma rubrica que é de gestão ambiental. Então, com certeza, faz parte dessa rubrica a destinação de resíduos sólidos.

Enfim, como já foi salientado, é natural que a bancada baiana centralize as reivindicações, e através dela é que nós teremos um contato, eu diria, mais próximo.

Finalmente, vou repetir a informação que foi dada no início pelo senador Vital do Rego. Existe um *site* da Câmara e do Senado no qual todo cidadão brasileiro, querendo, pode fazer propostas, e isso vai chegar à bancada correspondente.

Então um abraço e, sinceramente, muito obrigado a todos pela participação.
(Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

Ses Esp. 27/09/11

O Sr. PRESIDENTE (Vital do Rego):- Deputado Arlindo, eu quero, rapidamente, só agradecer à Assembleia Legislativa, na pessoa do deputado Luiz Augusto, presidente da Comissão de Orçamento, em seu nome, deputado Luiz Augusto, eu agradeço a todos os deputados, deputadas, servidores desta Casa que nos atenderam sobejamente bem, não seria de outra forma, óbvio que a nossa expectativa não seria diferente, como disse muito bem aqui Arlindo, pela hospitalidade, pela grandeza de sempre receber bem quem está inserido nos nossos baianos.

Quero agradecer a todos e dizer que, na medida do possível, óbvio que vamos recorrer também às notas taquigráficas para recolhermos todas as sugestões, mas vamos trabalhar ao longo desse período a partir desse debate. É fundamental que a própria Casa e as entidades aqui representadas tenham um nível de articulação para, num momento de abertura desse período de emendamento, materializar essas questões.

É bem provável que apresentemos os relatórios preliminares, no caso específico o PPA e o Orçamento, somente após o dia 18, que é quando encerraremos essa caminhada pelo Brasil. Então, a partir do dia 19, provavelmente estaremos no processo de abertura de prazo para emendamento ao PPA e à peça orçamentária. Então, eu quero deixar aqui essas orientações, de qualquer maneira na página tanto da Câmara quanto do Senado, no que diz respeito à Comissão Mista de Orçamento, tem geralmente todas as orientações e sai permanentemente o que nós decidirmos naquela comissão.

Então, quero mais uma vez agradecer a presença de todos, as boas contribuições, se não conseguimos avançar tanto, estamos nesse exercício aqui pela segunda vez, aprendendo e tentando ver de que maneira vamos construir o orçamento e o plano plurianual cada vez mais participativo. Não sei se conseguiremos fazer como na Bahia, quando conseguimos mobilizar 42 mil baianos discutindo o PPA,

quem sabe um dia vamos poder fazer a discussão do PPA e do orçamento com os milhões de brasileiros.

Um abraço a todos e muito obrigado mais uma vez.